

**Nota Técnica nº 15/2018 – Câmara Técnica de Educação, Cultura, Esportes,
Lazer e Turismo**

**Ref: Apoio Psicopedagógico para alunos e profissionais de escolas atingidas em
Mariana e Barra Longa**

Trata-se de ação integrante do Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar previsto no TAC, Cláusulas 89 a 94, acompanhado pela Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo, em sintonia com as secretarias municipais de Educação de Mariana e de Barra Longa.

Cláusula 93 - O PROGRAMA deverá prever, ainda, ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas durante o período de 36 meses contados da assinatura deste Acordo.

Histórico

O documento “Definições do Programa”, propôs estender o atendimento para incluir a assistência pedagógica para as escolas, ao que a Câmara Técnica por meio da NT 09, de 20/03/2018, recomendou a extensão do atendimento para todas as escolas das redes municipais e estadual dos municípios, bem como a continuidade do atendimento psicopedagógico para todos os alunos que tiverem essa necessidade, até a conclusão do ensino médio. Ambas as recomendações foram incorporadas ao programa (posteriormente aprovado pela Deliberação 176 do CIF, de 29/06/2018). A Cláusula 93 do TTAC, prevê:

A Nota Técnica nº 14, de 20 de julho de 2018, no entanto, informa que somente em março de 2017, a Câmara Técnica recebeu a informação da Fundação Renova sobre a contratação da empresa Compreender Consultoria, para prestar apoio pedagógico e psicopedagógico às escolas impactadas de Mariana e Barra Longa, cujo contrato vigiria de abril/2017 a agosto de 2019. Em maio de 2017, teria ocorrido reunião com as Secretarias de Educação de Mariana Barra Longa para tratar da atuação da empresa vencedora do processo de concorrência para a prestação de serviço de apoio psicopedagógico e apoio pedagógico às escolas impactadas.

Em abril de 2018, no entanto, foi relatado por representantes da secretaria municipal de Mariana que o apoio psicopedagógico estava suspenso, fato confirmado pela Fundação Renova, sob o pretexto de uma renegociação do contrato. A Câmara Técnica solicitou então à Renova, que o atendimento fosse mantido, o que não ocorreu, enquanto se buscava a negociação para sua ampliação.

Na reunião ordinária da CT-ECLT, de 17/07/2018, foram relatados, por representantes das Secretarias Municipais de Educação de Mariana e de Santa Cruz do Escalvado, casos de crianças que apresentam quadro preocupante em relação à aprendizagem, que podem estar associados à traumas relacionados ao desastre de novembro de 2015. Tais situações demandam a avaliação por especialistas, a partir de premissas científicas e legais sobre o tema, com a indicação do acompanhamento adequado a cada caso.

Em 18 de julho, foi solicitado à Fundação Renova, por mensagem eletrônica, o envio de todos os relatórios existentes sobre o atendimento ao previsto na Cláusula 93.

Em 31/07/2018, o CIF notificou a Fundação Renova pelo descumprimento de Cláusula 93, conforme Deliberação 183/2018 e determinou a retomada da ação no prazo de 15 dias.

Em 16 de agosto de 2018, a Fundação Renova, protocolou resposta junto ao CIF (OFI./NII.082018.3818) em atendimento à Deliberação 183/2018, com informações sobre as providências para o atendimento da clausula 93, bem como as concepções teóricas e metodológicas a serem adotadas na execução desta ação (anexo 1).

Em reunião específica da Câmara Técnica, realizada no dia 27/08/2018, em Mariana-MG, para análise da documentação recebida, verificou-se que a concepção apresentada pela Fundação Renova, insiste na inexistência denexo causal entre o desastre e os casos dificuldades de aprendizagem, o que não é consenso na literatura científica, já que os distúrbios de aprendizagem podem ter causas multifuncionais.

Segundo relato das diretoras das escolas, em meados de 2017 foi enviada uma relação de alunos com necessidade de atendimento psicopedagógico para a empresa Compreender, sobre a qual não tiveram retorno. Há uma preocupação de todos com eventuais casos graves, constantes nessa lista, que não tiveram nenhum acompanhamento nos últimos dois anos. A Nota Técnica da Renova informava sobre esse fato, nem as providências tomadas em relação a esses alunos. Por outro lado, há informações no relatório que não conferem com a realidade, tais como uma visita a escola que se reduziu a uma busca de documentos na portaria. Por fim, **foi consenso entre os participantes, que não foi prestado apoio psicopedagógico, desde a ocorrência do desastre até a presente data.**

Sobre a assistência Pedagógica, a equipe da consultoria contratada é pequena para a demanda (30 escolas de Mariana, 14 escolas de Barra Longa e mas 12 escolas estaduais nos dois municípios). Orientamos que o contato com as escolas não pode se restringir a visitas quinzenais, nem pode ficar dependendo das jornadas extraclasse dos professores (atividades complementares). Há, portanto, necessidade de contratar equipes, sediadas nas cidades, proporcional ao número de alunos e professores que serão atendidos pelo Projeto. Foi identificada a necessidade de que essas equipes tenham participação de pedagogos, psicopedagogos e psicólogos.

Questionada pela CT-ECLT dos pontos relatados acima, a Fundação Renova, por meio de Mensagem Eletrônica de 10 de setembro (anexo 2), informou, dentre outras questões, que:

Em 29/11/2017 a consultoria Compreender realizou um Encontro formativo com os professores da escola de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. O objetivo do encontro foi construir de forma conjunta os critérios de encaminhamento das crianças para a avaliação psicopedagógica.

A partir da análise conceitual sobre as funções cognitivas, os professores apresentaram casos isolados de crianças potencialmente consideradas como candidatas à avaliação psicopedagógica mas concluíram pela demanda de aprofundamento da formação em processo, sobretudo considerando as dúvidas apresentadas sobre a relação de diferenciação entre 'motivação para o estudo' e 'dificuldade de aprendizagem' e a influência do currículo convencional na proposta pedagógica.

para preenchimento é subjetivo, demanda conhecimento teórico e a formação ofertada aos professores é incipiente, de curta duração (3 momentos, sendo um já realizado em 2017, e dois previstos ou já realizados em setembro/2018).

Nesse sentido, a psicopedagoga Graziela Santos Trindade, reforça:

A proposta é que professor seja o responsável pela identificação do público com observância dos critérios utilizados com base no "Modelo de Resposta à Intervenção". O público me parece definido quando se refere a todos os escolares impactados. Entretanto dentre estes cabe a identificação dos casos cujos sintomas em relação ao desempenho escolar esteja mais agravado. O professor é de fato o profissional indicado para esta identificação e encaminhamento. No entanto, cabe o questionamento em relação ao direcionamento deste processo tendo em vista as demandas de trabalho do professor e a utilização de um instrumento (ficha).

Uma das falhas do projeto prevê atendimento aos estudantes com distúrbios de aprendizagem, selecionados a partir de um diagnóstico específico, sem considerar os demais não atendidos, e que a escola identificou, inicialmente, como demanda de atendimento. Não há previsão, também, de acompanhamento escolar dos atendidos que não estiverem se desenvolvendo e novas formas de atuação.

Por fim, o parecer recomenda: "É preciso ampliar o olhar sobre a relação entre os distúrbios de aprendizagem e o trauma do rompimento da barragem de Fundão, o segundo pode não ser a causa do primeiro, mas sem dúvida atuou no agravamento daquele. "Distúrbio de aprendizagem é condição intrínseca ao indivíduo", apesar de, não se pode desvincular o diagnóstico atual do estudante do evento, pois o mesmo pode ter interrompido um trabalho que estava sendo realizado com o estudante e dando frutos positivos, além do sentimento de pertencimento à escola que se perdeu, trazendo em muitos casos medo, ansiedade, tristeza, culminando com a não aceitação da nova escola. Portanto o evento ocorrido, mesmo que indiretamente, atua, sim, para potencializar as dificuldades de aprendizagem, uma vez que prejudicou as possibilidades de continuidade de uma prática pedagógica/metodológica adequada, e prejudicou ou inibiu a predisposição, o desejo do estudante à aprendizagem, ou seja, o 1º (evento do rompimento) potencializa o 2º (dificuldade da aprendizagem) pela interrupção do trabalho que vinha sendo realizado".

O segundo parecer ressalta que "os processos de aprendizagem podem sofrer influências de diferentes fatores (genéticos, orgânicos, psicossociais, emocionais, ambientais, etc.) podendo ser potencializado ou prejudicado em seus objetivos."

A proposta, no entanto, apresenta campos de conhecimento distintos (Neurociências, psicologia educacional, psicopedagogia) mas sem clareza de uma proposta interdisciplinar. Considerando-se o professor como sujeito essencial no processo de identificação do público-alvo do programa justifica-se a proposta de formação. A especialista indaga, entretanto, a opção pela apresentação de um conteúdo totalmente fundamentado em bases teóricas diferentes das trazidas no programa. "Porque a Neurociência? Como esse conteúdo instrumentaliza o professor?"

Segundo o parecer técnico, a proposta peca quando apresenta os conceitos de distúrbios e transtornos de aprendizagem. "Mais uma vez evidencia-se a ótica patológica. Não são consideradas as dificuldades de aprendizagem como um sintoma (possivelmente transitório)" observa.

Avaliação técnica

Em 09 de outubro de 2018 o grupo técnico da CT-ECLT se reuniu, em Barra Longa, para discutir os pareceres técnicos da pedagoga Maximiliana Greggio Ramos Ferreira da SEE/MG (anexo 3) e da psicopedagoga Graziela Santos Trindade, da Universidade Fumec (anexo 4), ambos solicitados pela coordenação da CT.

Da análise do documento apresentado pela Renova, Maximiliana Ferreira destaca que o mesmo:

“ apresenta ações pontuais, sem reconhecer na prática, pois o documento evidencia, a importância da tríade estabelecida – Cuida-se do ensino (Pedagogia) – da aprendizagem (Psicopedagogia), do ser na integralidade como sujeito social (Atendimento Psicossocial). Não se pode prever um atendimento dessa natureza com ações estanques, pois há uma ligação indissociável entre ensino, aprendizagem, utilização da leitura e da escrita nas práticas cotidianas e como as práticas sociais de cada indivíduo potencializam a sua aprendizagem e desenvolvimento. ”

As críticas se estendem ao cronograma e abrangência do programa:

- O cronograma de ações só prevê ações para estudantes selecionados com possível perfil de distúrbio de aprendizagem. A formação aos professores descrita no documento está relacionada simplesmente ao repasse de informações com o objetivo de receber o apoio dos professores para a seleção dos estudantes para atendimento.
- Em alguns trechos o documento diz que o apoio se dará somente ao estudante com distúrbio de aprendizagem, condição intrínseca, e não aos demais estudantes com dificuldades em virtude dos “problemas de ensinagem” (termo empregado no documento). Ou seja, aborda a possibilidade de existência do problema, mas não considera o surgimento ou agravamento causado em decorrência do rompimento da barreira: mudança da escola e possibilidade de desenvolver o senso de não pertencimento, a interrupção e não continuidade e sistematização das aprendizagens anteriores, uma vez que o ensino precisa ser processual, cumulativo, sistemático.”

A especialista considera que a proposta:

“não esclarece como esse apoio se dará, como de fato será o atendimento ao estudante, periodicidade, formas de atendimento (Individual/Grupo/Familiar). Não apresenta a previsão de vinculação entre o atendimento psicopedagógico e as atividades pedagógicas desenvolvidas durante as aulas. Não pressupõe formas de atuação considerando os estudantes atendidos nas turmas dos anos iniciais, perspectiva da unicodência, e dos estudantes dos anos finais, pluricodência. Não descreve nenhuma atuação voltada para a identificação ou análise dos processos didáticos e metodológicos encaminhados pelos professores. As ações propostas desconsideram a importância do atendimento não se configurar ação individual, restrita ao estudante.

Outro ponto fundamental de análise, apresentado desde a fase inicial por professoras ouvidas pela Câmara Técnica, e corroborado pela especialista é a “responsabilização impetrada aos professores para a identificação dos estudantes com potencial para atendimento psicopedagógico”. Não há garantia de que o professor tenha condições de realizar a indicação e nem tempo de realizá-la com propriedade. O questionário

Sobre o Atendimento Psicopedagógico propriamente dito, o programa prevê apenas as intervenções clínicas restando lacunas em relação às intervenções institucionais para reestruturação das propostas pedagógicas quando necessário.

Providências tomadas

Em 23 de outubro de 2018, o grupo técnico da CT-ECLET reuniu-se com representantes da Fundação Renova e equipe de a empresa Compreender, onde foram apresentados os questionamentos acima. Sobre a situação dos alunos que já saíram das unidades diretamente atingidas, a Fundação Renova informou que está finalizando o mapeamento de todos eles. Na oportunidade a Câmara Técnica também solicitou um atendimento pedagógico emergencial na escola infantil de Gesteira, Município de Barra Longa, em virtude das dificuldades relatadas pela professora daquela unidade.

No dia 1º de novembro, a Fundação Renova enviou à CT-ECLET um documento revisado da proposta técnica de atendimento à cláusula 93 (anexo 4), onde consta o plano de trabalho 2018/2020.

A proposta revisada, fundamenta-se conceitualmente na Neuropsicopedagogia, com execução em três fases: Avaliação Neuropsicopedagógica (2018), Apoio docente (2019) e Assistência Clínica (2019/2020).

O Plano refere-se a quatro escolas, sendo duas escolas municipais de Mariana a duas escolas municipais de Barra Longa, tendo excluindo a Escola Estadual José Epifânio, de Barra Longa, também atingida pela lama. Além desta unidade da rede estadual, o Plano deve atuar nas escolas das referidas cidades, que receberam os alunos originados das escolas impactadas à época do desastre, bem como junto aos profissionais docentes a eles vinculados.

Avaliação final

A Câmara Técnica reconhece o esforço técnico para definição conceitual do atendimento da cláusula 93, para alunos e profissionais, como esboçada na última versão do plano de trabalho, e se manifesta na forma abaixo:

- Valida o Plano de Trabalho 2018/2020;
- Deve ser garantido na primeira fase, a todos os alunos indicados em 2017 pelas professoras das escolas impactadas, os "cuidados" necessários para o seu desempenho de aprendizagem e de convivência escolar;
- As famílias dos alunos devem ser esclarecidas de todas as etapas do trabalho, compartilhando com essas todos os cuidados recomendados pela avaliação neuropsicopedagógica;
- Deve ser feita a readequação documento original de definições do programa, para atender as ponderações conceituais e metodológicas desta nota técnica e pareceres anexos;
- Enfatiza a necessidade de atendimento não apenas ao estudante com distúrbio de aprendizagem, mas a todos estudantes que tenha tido sua condição de ensino

alterada ou agravada em decorrência do desastre causado pelo rompimento da barragem;

- Orienta que a implementação das ações deve contar com profissionais especializados em diferentes áreas da saúde e educação, porém com seus papéis bem definidos e seus campos de atuação respeitados.

- A limitação do número de membros da equipe em cada município, deve ser definida em comum acordo com as secretarias municipais de Educação, não descartando a possibilidade de contratação de uma equipe para cada unidade escolar, visando um acompanhamento adequado das demandas.

- Fixa o prazo de envio do relatório da primeira fase do plano de trabalho, em 30 dias após seu encerramento;

- Considera adequado a manutenção do programa por período de 3 anos após o reassentamento das comunidades e pessoas atingidas.

Diante do exposto, a CT-CLET recomenda ao CIF, deliberar:

- Determinar à Fundação Renova que faça o ajuste conceitual e metodológico necessário para o atendimento da Cláusula 93 do TTAC, conforme instruções desta Nota Técnica e documentos anexados.

- Aplicar penalidades pelo descumprimento da Cláusula 93 do TTAC, em virtude dos benefícios perdidos por alunos e profissionais, no período de março de 2016 a outubro de 2018, na forma de medida reparatória complementar, à luz do parágrafo 3º da Cláusula 203 do TTAC, a ser definida em comum acordo com os municípios de Barra Longa e Mariana e posterior validação pela CT-ECLET.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2018


Aloisio Lopes – Coordenador da CT-ECLET



FUNDAÇÃO
renova

Nota Técnica – Apoio Psicopedagógico – Cláusula 93 do TTAC

Julho/2018

Sumário Executivo

Este documento foi elaborado com objetivo de apresentar as bases conceituais e medidas adotadas e a serem adotadas para proporcionar ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, à luz do TTAC – Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar – Clausulas 93, considerando a dispersão geográfica dos atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa, a progressão escolar do indivíduo -aluno- impactado e as matérias de psicopedagogia e de atenção psicossocial.

Índice

1.	Histórico	4
2.	Escopo do Programa	6
3.	Assistência Psicopedagógica e Atenção Psicossocial	15
3.1.	Apoio Psicopedagógico	15
3.1.1.	Apoio Psicopedagógico no contexto das ações da Fundação Renova	22
3.2.	Atenção Psicossocial	32
3.2.1.	Atenção Psicossocial no contexto das ações da Fundação Renova	33
4.	Conclusão	35
5.	Bibliografia Consultada	39

1. Histórico

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão de propriedade da Samarco Mineração S.A. (Samarco). O evento liberou um volume estimado em cerca de 32 Mm³ (milhões de metros cúbicos) de rejeitos e água, que representa aproximadamente 58% de um total de 55 Mm³ de materiais contidos na barragem. Em junho de 2016, o volume de material liberado foi revisado para 43,8 Mm³, considerando os carreamentos adicionais que ocorreram posteriormente.

Logo após a ocorrência do rompimento da barragem, foi realizada apuração para identificação de impactos relacionados às estruturas de educação dos municípios de Mariana e Barra Longa, tendo sido verificadas interferências nos funcionamentos das escolas, seja por danos parciais ou totais às estruturas ou por impossibilidade de acesso. Identificou-se:

Local	Instituição	Nível	Impacto
Mariana	Escola Municipal de Bento Rodrigues	Infantil e Fundamental	Total
Mariana	Escola Municipal de Paracatu de Baixo	Infantil e Fundamental	Total
Barra Longa	Escola Municipal Gustavo Capanema - Gesteira	Infantil	Total
Barra Longa	Escola Municipal José de Vasconcelos Lana	Infantil	Total
Barra Longa	Escola Estadual José Epifânio	Fundamental e Médio	Parcial

O Programa vem atuado desde novembro de 2015, na garantia de estruturas temporárias adequadas para o funcionamento das escolas impactadas, o fornecimento de equipamentos e materiais danificados pelo evento, necessários às condições temporárias; o fornecimento de transporte escolar para alunos

deslocados de suas residências e apoio às atividades de socialização, esporte, lazer, contraturnos e período de férias das escolas impactadas para proporcionar a reintegração da comunidade escolar. As ações realizadas durante a execução do programa são encaminhadas ao Comitê Interfederativo – CIF através de relatórios mensais de execução protocolados no órgão.

Em 2017, no processo de construção participativa foram realizadas diversas reuniões com as escolas impactadas, secretarias municipais de educação de Mariana e Barra Longa, além de interlocução permanente com a Camara Técnica de Educação, Cultura e Turismo. O Programa foi protocolado em 22 de dezembro de 2017. A Camara Técnica emitiu a Nota Técnica nº 9, em 20 de março de 2018, com considerações sobre o escopo do programa. O programa teve seu escopo aprovado pelo Comitê Interfederativo em 29 de junho de 2018, através da Deliberação nº 176.

Na 14ª reunião ordinária da Camara Técnica de Educação, Cultura e Turismo, realizada em 17 de julho de 2018, no município de Rio Doce. A representante da Secretaria Municipal de Educação de Mariana, informou que o apoio psicopedagógico aos alunos e profissionais foi suspenso, fato confirmado pela representante da Fundação Renova. O coordenador fez a leitura da Cláusula 93 do TTAC, que determina a prestação desse apoio desde assinatura do TTAC, em março de 2016). Segundo relato dos presentes à reunião, há alunos com dificuldades de envolvimento com a rotina escolar, casos como o uso de drogas e professores com diagnóstico de depressão, que podem estar relacionadas ao desastre, o que demandaria acompanhamento adequado.

A CT solicitou da Fundação Renova, o envio de relatórios de todas as ações desenvolvidas em relação à Cláusula 93, inclusive memória de reuniões com professores, bem como o envio de eventuais laudos ou pareceres existentes sobre a situação psicopedagógica de alunos e profissionais das escolas impactadas, com a validação dos órgãos especializados da Saúde e/ou Educação.

Foi elaborada a Nota Técnica nº 14, que recomenda ao CIF:

- Notificar a Fundação Renova sobre o descumprimento da Cláusula 93 do TTAC;
- Estipular o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos solicitados pela CT, que após análise, deverá retornar ao CIF para deliberação sobre a penalidade a ser aplicada, na próxima reunião extraordinária do mesmo;
- Retomada imediata do apoio psicopedagógico nas escolas impactadas, de Fundão até Candonga, com geração de relatório atualizado sobre o quadro, com indicações das medidas a serem tomadas, em comum acordo com as autoridades de saúde e de educação públicas.

2. Escopo do Programa

Nesse item são apresentados o escopo do programa quanto ao apoio psicopedagógico. O Programa apresenta no item "**4.1 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições**" os seguintes objetivos quanto a realização de apoio psicopedagógico:

- " - Disponibilizar apoio pedagógico e de psicologia educacional para alunos e professores das escolas diretamente impactadas até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira;
- Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados em idade escolar até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira; "

No item "**4.2 Ajuste de Escopo**", são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

"Entende-se como fundamental um apoio psicopedagógico, pedagógico e de psicologia educacional que permita contribuir para a manutenção da adesão e desempenho da comunidade escolar, de forma a não haver perdas significativas durante o período em que ocupam estruturas temporárias, bem como na transição para as estruturas definitivas. Desta forma, será necessário desenvolver e

implementar um programa junto às escolas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, nos municípios de Mariana e Barra Longa, em consonância com as orientações definidas com as Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social e respectivos grupos diretores das escolas, buscando facilitar a adaptação da comunidade escolar à sua situação temporária e no preparo para sua nova mudança para as estruturas definitivas.

A interdisciplinaridade proposta justifica-se pelo conceito relativo aos objetos de trabalho de cada ciência, a saber:

PEDAGOGIA	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	PSICOPEDAGOGIA
<p>Ciência que através de um conjunto de técnicas, princípios, métodos e estratégias da educação e do ensino, relacionados à administração de escolas e à condução dos assuntos educacionais em um determinado contexto, segundo uma determinada concepção de vida, visando aperfeiçoar e estimular a capacidade das pessoas, de forma coletiva, no processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p>Trata, por meio de abordagens individuais e coletivas, as relações existentes na instituição educacional e os diferentes fatores que as determinam, compreendendo os movimentos que ocorrem entre os membros da instituição, as famílias e os docentes.</p>	<p>Área do conhecimento que trata os distúrbios de aprendizagem em uma abordagem individual e terapêutica, no sentido de reabilitar funções não desenvolvidas para a aprendizagem, em cada aluno especificamente. O tratamento psicopedagógico deve ser feito por meio de atendimentos de periodicidade mínima semanal.</p>
<p>Ex: Gestão escolar e Docência</p>	<p>Ex: Mudanças bruscas de comportamento que afetam o desempenho escolar.</p>	<p>Ex: aluno com Transtorno de Déficit de Atenção ou Hiperatividade (TDAH), já diagnosticado por um pedagogo ou pelo profissional da psicologia educacional.</p>

"Considerando que:

- *Os principais problemas a serem tratados pelo programa de assistência pedagógica às escolas afetadas em Mariana se manifestam por meio da dispersão da comunidade escolar em relação a seus processos de aprendizagem, socialização e vinculação com a instituição escolar;...*
- *O acompanhamento psicossocial oferecido foi assumido pela Secretarias Municipais de Saúde de Mariana e Barra Longa entre fevereiro e junho/16 e o problema das escolas foi redefinido para além da adaptação às novas estruturas físicas, mas de convivência entre equipes e alunos das escolas;"*

No item “**4.3 Ações realizadas e em andamento**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico e acompanhamento psicossocial:

"Acompanhamento psicossocial

Em novembro de 2015, foi oferecido atendimento psicossocial preventivo, sobretudo aos alunos das escolas de Bento e Paracatu que passaram pela experiência mais intensa de deslocamento. Além da avaliação emocional das crianças e adolescentes, foram feitos treinamentos com as professoras, pedagogas e diretoras em como lidar com as crianças e adolescentes com traumas e como realizar os primeiros cuidados e a reconhecer as crianças com sinais de Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

Em maio de 2017 foi realizada reunião com as Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa para definição da atuação da empresa vencedora do processo de concorrência para prestação de serviço de apoio pedagógico/psicopedagógico às escolas impactadas. Por solicitação das Secretarias Municipais de Educação, o trabalho de apoio pedagógico foi estendido a todas as escolas da rede municipal de Barra Longa e Mariana, segundo as equipes municipais, não faz sentido oferecer apoio apenas às escolas impactadas, pois, tanto os profissionais como os alunos fazem parte de um sistema integrado de educação. Em ambas as cidades, foi destacado por professores e secretárias de educação a necessidade de apoio para fortalecimento da rede municipal de educação, através da consolidação dos Projetos Político Pedagógico.”

No Anexo I são apresentados os estudos realizados pela consultoria Edupsy, no que tange ao atendimento psicossocial preventivo. A consultoria Edupsy, contratada pela Samarco Mineração, realizou em Novembro de 2015, um atendimento preventivo, sobretudo aos alunos das escolas de Bento e Paracatu que passaram pela experiência mais intensa de deslocamento, um trabalho com as Crianças e adolescentes de Bento Rodrigues e Paracatu. Além da avaliação emocional das

crianças e adolescentes, foram feitos treinamentos com as professoras, pedagogas e diretoras em como lidar com as crianças e adolescentes com traumas e como realizar os primeiros cuidados e a reconhecer as crianças com sinais de Transtorno de Estresse Pós Traumático. Durante três semanas as crianças e adolescentes foram atendidas em grupos, sendo que a população mais afetada foi trabalhada individualmente. Após três semanas foi feita uma nova avaliação da população para atestar o efeito da intervenção. O corpo escolar foi identificado por essa nova avaliação como o mais afetado pelo Evento e foi atendido individualmente. Os resultados apontaram que o trabalho de prevenção com as crianças e adolescentes de Bento Rodrigues e Paracatu superou as expectativas e demonstrou resultados eficazes e positivos. Houve uma melhora do acionamento de medo, ansiedades (noradrenalina) de cerca de 39% do total da população. O percentual de autorregulação, isto é, de crianças e adolescentes que alcançaram resposta de normalidade diante do evento traumático foi de 72%. Assim, foi concluído que a probabilidade de desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós Traumático entre as crianças e adolescentes foi reduzida em 72%.

No item "**4.4.2 Solução Construída**", são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico e acompanhamento psicossocial:

"Em novembro de 2016, foi realizado Workshop com os professores das escolas de Bento Rodrigues e Paracatu, juntamente com representantes das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação para construção coletiva do Termo de Referência para contratação dos trabalhos de apoio psicopedagógico.

Em Barra Longa, as expectativas de atuação foram construídas conjuntamente com as diretoras das escolas impactadas e com a Secretária Municipal de Educação.

Em maio de 2017, foi realizada reunião com as Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa para definição da atuação do apoio.

Por solicitação das Secretarias Municipais de Educação, o trabalho deverá ser estendido a todas as escolas da rede municipal de Barra Longa e Mariana. Serão 14 escolas em Barra Longa e 30 escolas em Mariana.

Segundo as equipes municipais de educação, não faz sentido oferecer apoio apenas às escolas impactadas, pois, tanto os profissionais como os alunos fazem parte de um sistema integrado de educação. Em ambas as cidades, foi destacado por professores e secretárias de educação que a utilização apenas da psicopedagogia não faz sentido no contexto do rompimento da barragem de Fundão e sim um apoio para fortalecimento da rede municipal de educação, através da consolidação dos Projetos Político Pedagógico.

A partir das primeiras ações, todas as definições são elaboradas em parceria com as secretarias municipais e gestores escolares. O programa foi elaborado com base no histórico de ações desenvolvidas no período emergencial, as necessidades do sistema de educação local para garantir o funcionamento das escolas em situação temporária e as definições do TTAC para garantir a reintegração da comunidade no momento do reassentamento.

Com o entendimento desses conceitos, expõe-se que somente a solução de Apoio Psicopedagógico não seria suficiente para reparar o impacto do rompimento da barragem de Fundão na comunidade escolar impactada, visto que a Psicopedagogia é uma matéria de foco individual e sobre questões que necessariamente não tiveram como causa o evento, como o Déficit de Atenção ou Hiperatividade. Considerando que as dinâmicas sociais dos municípios foram modificadas e que isso tem provocado nos atores um sentimento de insegurança, que demandam da escola o exercício de funções diferentes do seu primeiro objeto de trabalho que é o processo de ensino e aprendizagem. As escolas atualmente absorvem muito dos conflitos sociais e econômicos decorrentes do evento, e afastada de seu papel, é importante uma reestruturação de seus processos

pedagógicos e das relações que compõem o cenário educacional. Acredita-se, ainda, que ao se reestruturar coletivamente, através da Pedagogia e da Psicologia Educacional, a escola poderá então perceber, acolher e tratar as demandas individuais relacionadas à função específica de aprendizagem de cada aluno, o que é o objeto de trabalho da Psicopedagogia.

*No escopo do Programa, considerando que reestruturação dos territórios de Mariana e Barra Longa deve se apoiar no fortalecimento da educação, a ser reorganizada de maneira estruturante e emancipatória. Nesse sentido, foi considerado como fundamental que o trabalho de assistência a ser disponibilizado pela Fundação Renova, para o Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração Escolar tenha como respaldo teórico além da **PSICOPEDAGOGIA**, a **PEDAGOGIA**, a **PSICOLOGIA EDUCACIONAL**, disciplinas capazes de atender tecnicamente e de forma coletiva a reorganização dos processos pedagógicos e as relações que compõem o cenário educacional. Desta forma, a implementação do programa, em consonância com as orientações definidas com as Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social e respectivos grupos diretores das escolas, buscando facilitar a adaptação da comunidade escolar à nova dinâmica social das comunidades de Mariana e Barra Longa.”*

No item “**4.6 Projetos e processos do programa**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

PF8043 –Processo de apoio psicopedagógico ao impactados em idade escolar

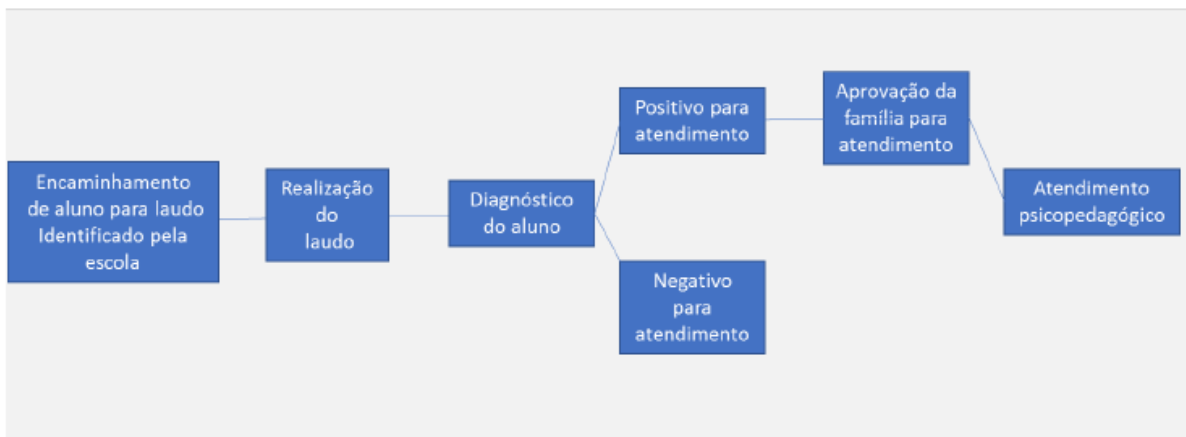
Objetivo

Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados diretamente pelo evento em idade escolar até 03 (três) anos após reassentamento.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições da cláusula 93 do TTAC.
Os alunos encaminhados para o atendimento psicopedagógico devem passar por laudo de profissional especializado, o atendimento só será realizado com a autorização dos pais e encaminhamento da Secretaria Municipal de educação.
- A área de abrangência do programa é os municípios de Barra Longa e Mariana;
- As famílias de crianças com transtornos de aprendizagem devem ser acompanhadas para orientação sobre possíveis modificações de comportamento.

Diagrama do processo



- O público alvo do programa são as pessoas impactadas em idade escolar das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa (sede).

Descrição do processo

- Avaliação Neuropsicológica/psicopedagógica e atendimento psicopedagógico à comunidade escolar durante o período transitório e por 3 anos após o reassentamento.
- Elaboração de laudos para avaliação de necessidade psicopedagógica.
- Para realização do laudo, a criança deve ser atendida, no mínimo, 4 vezes, com intervalo de uma semana entre os atendimentos.
- Os testes aplicados são instrumentos específicos, com metodologias próprias, certificados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Instrumentos/Materiais

Para crianças de 2 a 5 anos

Inteligência: Escala de Maturidade Mental Colúmbia ou SON-R

Linguagem: vocabulário expressivo e receptivo

Funções executivas e atenção: Teste de Trilhas e Teste de Cancelamento para Pré-escolares

Habilidades pré-acadêmicas: THCP - Teste de Habilidades e Conhecimento Pré-Alfabetização;

Avaliação do comportamento: Entrevista com os pais para avaliar comportamentos internalizantes e externalizantes e Baralho da Emoção.

Para crianças de 6 a 14 anos

Inteligência: WASI

Linguagem, funções executivas e atenção: Neupsilin-Inf

Desempenho Escolar: Teste de Desempenho escolar

Escala de Estresse para crianças e adolescentes

Escala de Depressão para crianças (CDI)

SSRS - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças

Escalas Beck para Adolescentes

- As intervenções devem ser específicas, focadas no transtorno diagnosticado. Crianças com TDH precisam de um atendimento diferente de crianças com dislexia.
- As intervenções duram de 3 meses a um ano e meio e são feitas com atendimento semanais de 50 minutos.

No item “**5.2 Cronograma do Programa**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

Atividade	Início	Fim
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	11/15	12/22
Execução dos projetos ou processos	11/15	12/22
Escolas Temporárias de Mariana	11/15	07/19
Escolas Temporárias de Barra Longa	11/15	10/17
Apoio Psicopedagógico às escolas impactadas	05/17	12/22
Apoio Pedagógico às Redes Municipais de Ensino de Barra Longa e Mariana	05/17	07/19
Reintegração das Escolas Municipais de Barra Longa e Mariana	05/17	12/22
Encerramento do Programa	01/22	12/23

No item “**6.3 Fichas dos indicadores**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

I4 – Atendimento Psicopedagógico

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Porcentagem de alunos “laudados” atendidos por psicopedagogo		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%

Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição
Mensal	03/18	12/22
Fórmula de cálculo		
$I4 = \frac{DR}{AL} \times 100$		
Nome do numerador: Alunos com deficiência psicopedagógica revertida - DR		
Definição	Número de alunos que passaram pelo atendimento psicopedagógico e tiveram situação revertida	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Diagnósticos elaborados pela equipe de atendimento, o qual estará disponível no sharepoint.	
Nome do denominador: Alunos com laudo positivo para atendimento psicopedagógico - AL		
Definição	Alunos com laudo positivo para atendimento psicopedagógico	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Laudos elaborados por equipe especializada com encaminhamento de alunos para atendimento.	

3. Assistência Psicopedagógica e Atenção Psicossocial

Em sua clausula 93, o TTAC dispõe que "O programa deverá prever, ainda, ações de **apoio psicopedagógico** para alunos e profissionais das escolas impactadas durante o período de 36 meses contados da assinatura deste Acordo." (Grifo nosso). É importante trazer referências bibliográficas e conceituais sobre a Psicopedagogia e Atenção Psicossocial:

3.1. Apoio Psicopedagógico

O Código de Ética do Psicopedagogo, no seu artigo 1º, define a Psicopedagogia como "(...) um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a

influência do meio, família, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia". A Psicopedagogia surge para atender a uma demanda específica de auxílio à superação das dificuldades de aprendizagem, atuando de forma preventiva e terapêutica.

A utilização do termo "Distúrbios de Aprendizagem" (DA) tem sido amplamente utilizado para se referir a uma perturbação ou déficit na capacidade de adquirir e assimilar informações para a solução de problemas, por vias internas ou externas ao indivíduo (VALLET, 1977 apud CIASCA, 2008).

Distúrbio de Aprendizagem (DA) como um grupo heterogêneo de transtornos que se manifesta por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, fala, leitura, raciocínio ou habilidade matemática. Estes **transtornos são intrínsecos ao indivíduo**, supondo-se ocorrerem devido à disfunção do sistema nervoso central, e que podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção e interação social, mas não constituem, por si só um distúrbio de aprendizagem. Podem ocorrer concomitantemente com **outras condições incapacitantes ou com influências, extrínsecas porém não são os resultados dessa condição**. (HAMMILL, 1988/1991 apud CIASCA, 2008, p. 24).

São considerados distúrbios de aprendizagem: a Dislexia, que é transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração; a Disgrafia, que é a dificuldade na escrita ao produzir letras e palavras com pouca legibilidade no que se refere à caligrafia e distribuição espacial; e a Discalculia que é um comprometimento na aprendizagem da matemática que impede o indivíduo atingir o nível de proficiência ou domínio cognitivo adequado nesta área, considerando-se a inteligência normal, oportunidade escolar, estabilidade emocional e motivação necessária.

A Psicopedagogia se divide em três processos: prevenção, diagnóstico e intervenção. Na prevenção, o psicopedagogo realiza uma investigação institucional,

avaliando os processos didáticos e metodológicos aplicados, e a dinâmica dos profissionais, buscando compreender o processo ensino/aprendizagem e propondo alternativas que otimizem os esforços empreendidos pelos envolvidos. Nesse momento, suas atividades são direcionadas a orientação para com a metodologia de ensino, didático, estrutura curricular e outros fatores associados à qualidade do ensino.

A fase de diagnóstico acontece quando há a presença de dificuldades de aprendizagem fazendo-se preceder à mesma o processo diagnóstico, cabido de procedimentos que podem variar de acordo com a formação do profissional que o executa:

[...] Esses procedimentos compreendem: anamnese, análise do material escolar, relacionamento com a escola, observação do desempenho em situação de aprendizagem, aplicações de testes psicopedagógicos específicos e solicitação de exames complementares (psicológico, neurológico, oftalmológico, audiométrico, fonológico e outros). Diante disso, observa-se que a intervenção psicopedagógica, quando necessária, é desenvolvida de formas variadas, ficando os procedimentos a serem executados a critérios do profissional que está atuando, geralmente influenciado pela sua formação. (CIASCA, 2008, p. 166-167).

O diagnóstico psicopedagógico é uma busca por fatores que possam estar influenciando o fracasso escolar do indivíduo: em quais aspectos ele não se enquadra ao nível de aprendizagem esperado para sua idade, como se dá o não - aprender ou onde se instala a dificuldade ou a não-dificuldade. Implica, antes de tudo, em averiguar como a aprendizagem ocorre para aquele indivíduo envolvendo suas características mais particulares ou singularidades de evolução, desenvolvimento ou não assimilação (WEISS, 2007; BOSSA, 2000).

Segundo Scoz (1991 apud CIASCA, 2008) a Psicopedagogia, dentro de uma perspectiva de atuação profissional, deve procurar integrar conhecimentos de outras áreas com o intuito de melhor compreender o processo do aprender e suas

dificuldades. O profissional que atua através da Psicopedagogia deve, constantemente, procurar relacionar outras áreas de conhecimento para a realização de um trabalho multidisciplinar zelando também pela não rotulação, esclarecimento ou desmistificação dos termos co-relacionados aos distúrbios de aprendizagem já mencionados.

Desta maneira, observa-se que muitas vezes crianças são encaminhadas para avaliações com vários profissionais desnecessariamente pelo fato de os professores ou até familiares desconhecerem o que pode estar causando uma dificuldade de aprendizagem; a maioria das causas é relacionada a "problemas de ensinagem" cujo contexto é o escolar ou aquelas de ordem afetivo-emocional proveniente do ambiente familiar. Ainda há falta de esclarecimento entre condições de aprendizagem que levam ao fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem propriamente ditas. A criança é identificada enquanto portadora de um problema sendo que o mesmo encontra-se no próprio sistema de ensino (MASINI, 1986 apud CIASCA, 2008).

O diagnóstico é fundamental tanto para a identificação de causas das dificuldades de aprendizagem quanto para uma possível intervenção. O diagnóstico psicopedagógico avalia a situação do aluno no contexto escolar, levando em consideração a influência de fatores internos e externos sobre a aprendizagem permitindo que a dificuldade seja identificada; neste processo o professor, a escola e a família devem estar envolvidos (MORAIS, 1988; BASSEDAS, 1996 apud CIASCA, 2008). O objetivo é identificar o indivíduo com dificuldades de aprendizagem em processos psicológicos que envolvam a compreensão da língua falada e escrita em um trabalho conjunto de especialistas. Tal processo subsidiará qualquer tipo de julgamento que se faça necessário para uma futura intervenção vinculada à construção da aprendizagem no indivíduo (GUZZO, 1990; LERNER, 1988 apud CIASCA, 2008).

A definição de distúrbios de aprendizagem (DA) envolve uma série de desordens que partem do indivíduo e, especificamente, com origem no sistema nervoso

central. Portanto, para o diagnóstico de um Distúrbio de Aprendizagem cujo processo não é uma tarefa simples, deve-se recorrer a uma equipe multidisciplinar bem como instrumentos de avaliação variados. Assim sendo, inicia-se na presente etapa uma discussão sobre os aspectos fundamentais vinculados ao processo do diagnóstico do Distúrbio de Aprendizagem.

O próprio conceito de diagnóstico implica em um conhecimento ampliado sobre a origem de determinada doença ou manifestação de seu sintoma. No caso do Distúrbio de Aprendizagem, o sintoma manifesta-se com maior facilidade quando a criança é inserida no contexto escolar e, portanto, uma vez identificada alguma dificuldade, a equipe deve agir em conjunto para averiguar as causas através de ampla utilização de materiais que subsidiem o diagnóstico (CIASCA, 2008). Neste contexto, o profissional deve ter cautela para que a avaliação não seja feita de forma muito abrangente ou irrestrita uma vez que o processo diagnóstico tem sido realizado de maneira a oferecer informações insuficientes sobre o DA, transmitindo a outros profissionais uma ideia superficial sobre o caso. Esta ideia por sua vez é transmitida para os professores e pais da criança causando situações conflituosas entre o que é transmitido e o que é observado de fato; neste sentido, há de se ter cautela quanto à realização do processo diagnóstico para que o mesmo não se torne algo que rotula pela falta de especificidade (CHRISTOPHER, 1989 apud CIASCA, 2008).

Lerner (1988 apud CIASCA, 2008) aponta pontos investigativos realizados por essas equipes mediante queixa de DA: (a) que criança apresenta distúrbio de aprendizagem; (b) qual a base para fazer-se tal determinação; (c) qual o comportamento significativo notado na avaliação; (d) qual a relação entre o comportamento da criança e sua performance acadêmica; (e) quais os achados médicos relevantes para a educação, se houverem; (f) quais os efeitos ambientais, culturais e sociais que influem nesta desvantagem. (LERNER, 1988 apud CIASCA, 2008, p. 69).

Infelizmente no Brasil não é raro encontrar um “diagnóstico” de DA feito na própria sala de aula pelo professor e, depois, por outros profissionais cada qual com sua abordagem ou técnicas de avaliação, longe de uma situação em que procedimentos investigativos e instrumentos são padronizados para tal fim. Este contexto mostra a crescente necessidade do estabelecimento de pontos comuns provenientes das avaliações realizadas por profissionais diversos com o intuito de fazer com que o sujeito avaliado seja considerado em sua totalidade (CIASCA, 2008). Desta necessidade, serão apresentadas as abordagens principais que devem estar presentes no diagnóstico do DA, isto é, aconselha-se que as mesmas sejam realizadas em conjunto e não eleitas separadamente para tal fim.

Por Avaliação Psicopedagógica entende-se que a criança deverá compreendida como um todo envolvendo a investigação dos diversos aspectos que possam estar relacionados à queixa sobre a aprendizagem (sócio-culturais, pedagógicos, psicológicos, fonoaudiológicos, entre outros). A partir da entrevista inicial deve-se perceber que o conteúdo da mesma não diz respeito somente ao sintoma ou conteúdo manifesto, mas também apontam alternativas para o início da investigação diagnóstica; estudos comprovam que os pais quanto à queixa inicial não discorrem somente a respeito das dificuldades de aprendizagem, mas também de outros possíveis problemas orgânicos, comportamentais ou de atenção (CIASCA, 2008).

Para a avaliação Psicopedagógica faz-se fundamental a presença de ambos os progenitores para que estejam cientes a respeito de possíveis avaliações complementares e/ou encaminhamentos terapêuticos. Pode-se solicitar também, já neste primeiro momento, que os pais levem material e boletins escolares desde o início da vida acadêmica do filho junto (se houver) de um histórico de evolução mesmo comum à anamneses realizadas anteriormente com o intuito de agrupar o maior número de informações possíveis a respeito de como a família e o aluno a ser avaliado concebem e desenvolvem o conceito da aprendizagem e rendimento. Pain

(1985 apud CHAMAT, 2004) a "escuta psicopedagógica" deve estar atenta a todas as nuances da queixa apresentada, observando o tipo de vínculo que o paciente tende a estabelecer com o profissional através do tipo de envolvimento familiar com os problemas da criança desde a detecção do mesmo por eles ou se foi encaminhado pela escola. Percebe-se, no levantamento de expectativas, o nível de comprometimento dos pais bem como o depósito ou transferência da responsabilidade ao psicopedagogo, como se este estivesse munido de algum poder curativo.

Rotta (2006) considera que os transtornos de aprendizagem devem ser considerados, no momento da avaliação, como estando presente desde os primeiros anos de vida permanecendo com certa persistência até o presente. Além disso, o profissional deve estar atento quanto ao uso de testes padronizados, e considerar o resultado à média de dois anos abaixo do desempenho esperado para um sujeito da mesma idade, nível intelectual e escolar. O transtorno deve estar presente desde os primeiros anos de escolaridade; O transtorno persiste, apesar do atendimento específico adequado;

Segundo Santos et al. (2012), em casos de dificuldades de aprendizagem, quando são realizadas intervenções psicopedagógicas precoces, é possível melhorar a evolução do aluno e reduzir os impactos causados ao indivíduo e à sociedade. Rubinstein (1999) pontua que, em uma intervenção, o foco está no sujeito, na sua relação com a aprendizagem. O objetivo do psicopedagogo é ajudar aquele que não consegue aprender formal ou informalmente, para que consiga não apenas interessar-se por aprender, mas também possa adquirir ou desenvolver habilidades necessárias para tal. Na intervenção, embora se utilize de propostas de trabalho para mediar a relação terapêutica, as escolhas dessas propostas e as formas como são apresentadas irão depender da particularidade de cada situação, do sujeito que está sendo atendido e da capacitação e dos recursos que o psicopedagogo dispõe. Assim, o caráter dinâmico da escolha das propostas e a forma como são

significadas pela dupla terapeuta cliente é o que realmente irá provocar as mudanças pretendidas. Bataloso (2011) afirma que a intervenção está voltada para a atenção na diversidade e tem como função proporcionar ajudas individuais necessárias para solucionar as dificuldades de aprendizagem, além de desenvolver seu processo de amadurecimento pessoal a partir de suas características singulares.

Rubinstein (1999) afirma ainda que as atividades escolhidas e propostas tanto pelo psicopedagogo como pelo cliente são mediadoras para modificar a forma de pensar e utilizar as funções cognitivas e a posição assumida pelo sujeito aprendente. Ao fazer uso de recursos que são escolhidos pelo cliente ou propostos pelo terapeuta, este propicia a oportunidade para experimentar situações que promovem a confrontação com a forma de relacionar-se com a modalidade que se utiliza para se estabelecer essa relação. Esse confronto pode contribuir para a tomada de consciência de um estilo de aprender, já que as diferentes modalidades de atividades permitem entrar em contato com o “como aprendo” e “como me relaciono com o saber”.

3.1.1. Apoio Psicopedagógico no contexto das ações da Fundação Renova

O escopo de trabalho da empresa Compreender – Consultoria em Responsabilidade Social, foi iniciado em maio de 2017, com paralisação em fevereiro de 2018. A seguir são elencadas as principais atividades ocorridas nesse período:

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO RENOVA - GERAL

Data	Apoio	Atividade	Público		Objetivo
			Quem	Quantos	
31.07.17	Pedagógico - Barra Longa	Reunião	Professores da rede municipal de educação e representantes da secretaria de educação	40	Apresentar para a secretária de educação, Júnia Carolino e demais professores e pedagogos o diagnóstico e a proposta do programa de assistência pedagógica.
19.06.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Semed	2	Apresentar para a secretária de educação, Juliana Alves e para a assessora, Aline Oliveira o escopo do trabalho que será apresentado para os diretores.
19.06.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Gestores	26	Apresentação da Consultoria e do trabalho de Apoio Pedagógico. Entrega de uma Carta Convite para os participantes sugerindo a elaboração de perguntas: O QUE EU GOSTARIA DE SABER SOBRE.....? .
			SEMED	5	
			Prefeitura	4	
			Renova	2	
			Jovem Aprendiz	3	
22.06.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Pedagogos	34	Apresentação da Consultoria e do trabalho de Apoio Pedagógico. Entrega de uma Carta Convite para os participantes e para os professores sugerindo a elaboração de perguntas: O QUE EU GOSTARIA DE SABER SOBRE.....? .
			Vice diretor	1	
			SEMED	6	
26 a 30.06.17	Pedagógico - Mariana	Visita às escolas	Escolas Municipais e SEMED	24	Buscar as perguntas elaboradas pelos professores das escolas municipais
20.09.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Semed	2	Apresentar para a Secretária de Educação de Mariana, Juliana Alves e a Assessora Aline Oliveira para alinhamento da abordagem com os gestores e pedagogos.
20.09.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Diretores e pedagogos	69	Apresentação do resultado das perguntas formuladas pelos professores, gestores e pedagogos e a aplicação do questionário. Entrega dos questionários que serão aplicados com os professores e pais das escolas de Mariana
21.09.17	Pedagógico - Barra Longa	1º Encontro Formativo	Comissão Coordenadora	11	Iniciar o trabalho de elaboração do PPP através da pergunta: Qu escola queremos para Barra Longa?

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO RENOVA - GERAL

Data	Apoio	Atividade	Público		Objetivo
			Quem	Quantos	
03 a 06.10.17	Pedagógico - Mariana	Visita às escolas	Escolas Municipais e SEMED	30	Buscar os questionários respondidos pelos professores.
05.11.17	Psicopedagógico - Mariana	Reunião	Semed	2	Apresentar para a secretária de educação, Juliana Alves e para a assessora, Aline Oliveira a proposta de trabalho de Assistência Psicopedagógica e apresentação da psicopedagoga Juliana Mendes.
			Compreender	3	
06.11.17	Pedagógico - Barra Longa	2º Encontro Formativo	Comissão Coordenadora	14	Elaboração do diagnóstico da escola
09.11.17	Psicopedagógico - Barra Longa	E-mail	Secretaria de educação	1	Apresentar para a secretária de educação Júnia Carolino a proposta de trabalho de Assistência Psicopedagógica, após contato telefônico.
10.11.17	Psicopedagógico - Mariana	E-mail	Diretoras e Semed	4	E-mail para a secretária de educação, Juliana Alves, para a assessora, Aline Oliveira e as diretoras das EM Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues esclarecendo sobre o apoio psicopedagógico e convidando para o encontro formativo e entrega de uma Carta Convite para todos os professores e pedagogos da escola.
10.11.17	Psicopedagógico - Barra Longa	E-mail	Secretaria de Educação e professores	4	Envio de Carta Convite para todos os professores e pedagogos das escolas esclarecendo sobre o apoio psicopedagógico e convidando para o Encontro Formativo.
29.11.17	Psicopedagógico - Mariana	Encontro Formativo	Semed	8	Encontro formativo para elaboração de critério para eleição de alunos a serem avaliados pela psicopedagoga.
			Professores	22	
			Gestores	2	
			Pedagogos	2	
			Conviver	2	
30.11.17	Psicopedagógico - Barra Longa	Encontro Formativo	Professores	4	Encontro formativo para elaboração de critério para eleição de alunos a serem avaliados pela psicopedagoga
			Gestores	1	
			Pedagogos	1	

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO RENOVA - GERAL

Data	Apoio	Atividade	Público		Objetivo
			Quem	Quantos	
30.11.17	Pedagógico - Barra Longa	2º Encontro Formativo (continuação)	Comissão Coordenadora	3	Recebimento das perguntas elaboradas pelos professores, pedagogos e diretores para a composição do questionário.
04.12.17	Psicopedagógico - Mariana	E-mail	Diretoras e Semed	4	E-mail para a secretária de educação, Juliana Alves, para a assessora, Aline Oliveira e as diretoras das EM Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues disponibilizando a apresentação do 1º Encontro Formativo, fazendo agendamento do 2º Encontro formativo e orientações para os participantes.
16 e 17.02.18	Pedagógico - Mariana	Reunião	Professores	417	Apresentação dos resultados do diagnóstico - devolutiva diagnóstico
			Pedagogos	32	
			Gestores	21	
			Semed	6	
17.04.18	Pedagógico/Psicopedagógico	Reunião	SEMED-Barra Longa	03	Comunicado da suspensão do contrato da consultoria Compreender até a adequação do contrato para o atendimento do escopo do Programa encaminhado ao CIF.
19.04.18	Pedagógico/Psicopedagógico	Reunião	SEMED-Mariana	03	Comunicado da suspensão do contrato da consultoria Compreender até a adequação do contrato para o atendimento do escopo do Programa encaminhado ao CIF.
11.05.18	Pedagógico/Psicopedagógico	Reunião	SEMED-Mariana	06	Comunicado da retomada das atividades do contrato da consultoria Compreender para início em agosto de 2018, com o atendimento do escopo do Programa encaminhado ao CIF.

Para realização de ajuste de escopo para atender o programa aprovado e acordos contratuais, o trabalho foi paralisado de fevereiro a julho de 2018 e será reiniciado em agosto de 2018 com o atendimento de todo escopo aprovado pelo CIF. Para além da Assistência Pedagógica, o componente Apoio Psicopedagógico é estruturado em quatro etapas:

1. mapeamento dos alunos atingidos pelo evento da barragem;
2. capacitação dos professores para a avaliação das etapas de aprendizagem dos alunos;
3. avaliação diagnóstica psicopedagógica; e
4. tratamento psicopedagógico.

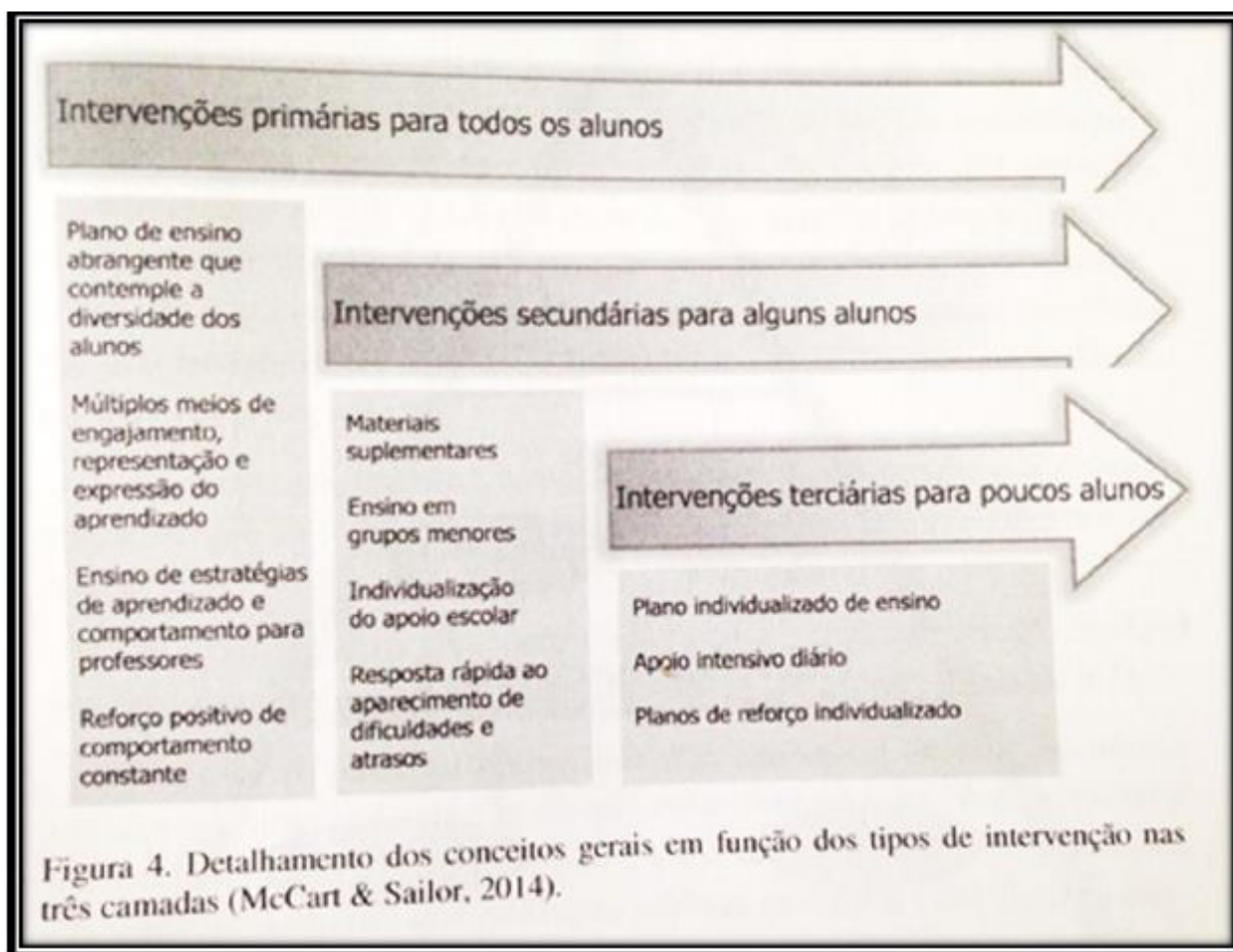
Mapeamento dos alunos atingidos pelo evento da barragem

Considerando que o apoio se dará para todos os indivíduos em idade escolar que foram diretamente afetados pelo rompimento da barragem de Fundão – moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, bem como os alunos que em novembro de 2015 estudavam na Escola José de Vasconcelos Lanna na sede de Barra Longa. A primeira ação é através do mapeamento dos alunos em consulta ao banco de dados de cadastro da Fundação Renova e informações das Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa, bem como das Superintendências Regionais de Ensino de Ouro Preto e Ponte Nova, que respondem respectivamente às duas cidades.

Capacitação dos professores para seleção das crianças para a avaliação psicopedagógica

Para a seleção das crianças que devem ser avaliadas, os professores precisam identificar quais alunos estão em pleno desenvolvimento, quais estão precisando de estímulos e quais precisam ser identificadas para serem avaliadas e investigadas para compreensão do funcionamento geral. Neste sentido, sugere-se que os

professores conheçam os critérios utilizados em para a seleção destes alunos, baseados no **MODELO DE RESPOSTA À INTERVENÇÃO**. É um modelo eficaz para prevenir e remediar dificuldades e transtornos específicos de aprendizagem.

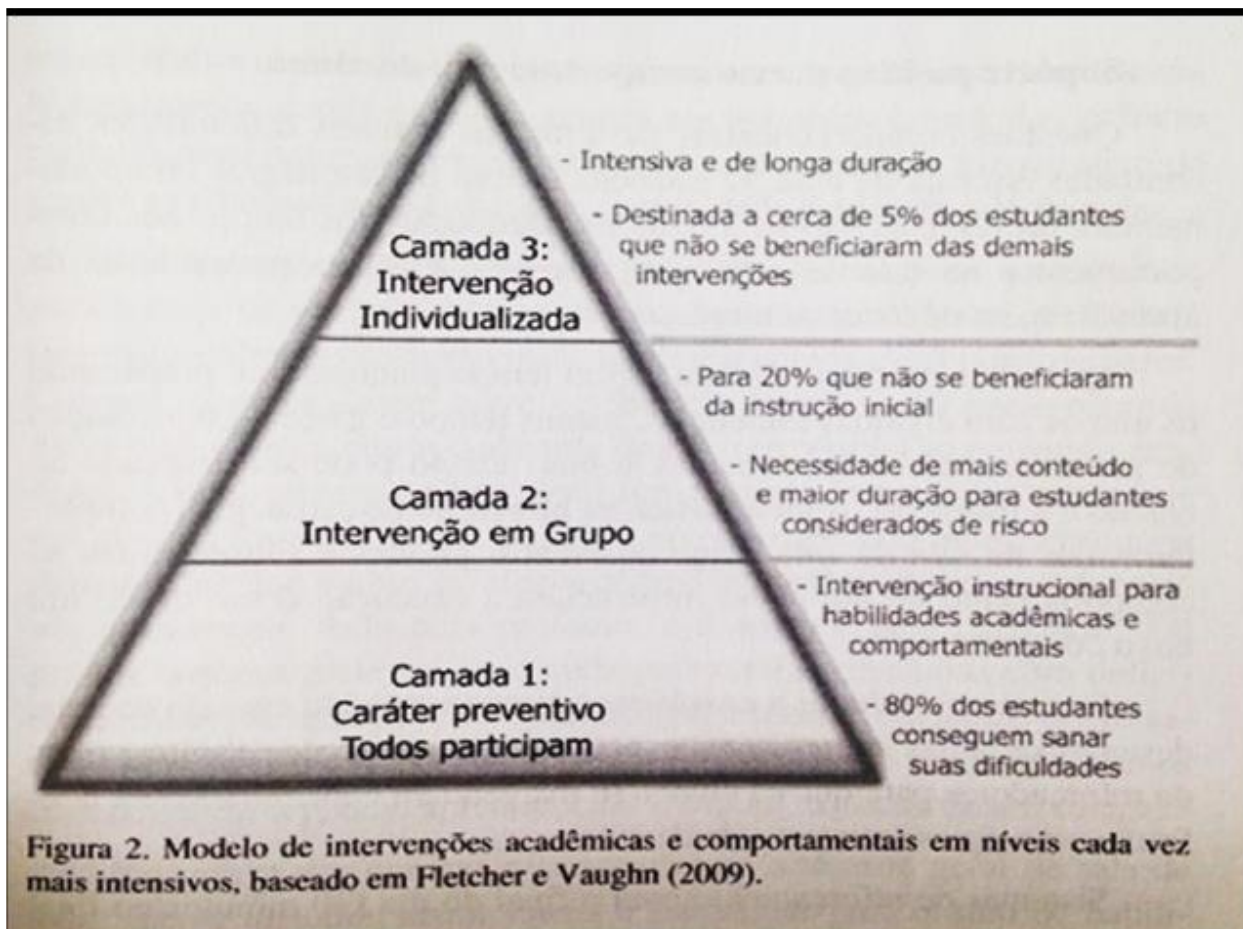


A **RESPOSTA À INTERVENÇÃO** é um modelo que emprega níveis de intensidade de intervenções, tendo como base as necessidades do grupo e, só depois, as necessidades individuais do aluno. É um modelo indicado, portanto, para o contexto educacional. O objetivo é lançar mão de um ensino que contemple desde a instrução de alta complexidade, com métodos e estratégias baseadas em evidências, até intervenções estruturadas para atender necessidades específicas dos estudantes (Orsati et al.;2015).

Assim, o RTI é um modelo de programa para a identificação precoce direcionada a escolares que apresentam dificuldade de aprendizagem e no comportamento e que necessitam de intervenções mais específicas. Os benefícios do RTI incluem eficiência e eficácia na redução das dificuldades acadêmicas, como leitura, escrita e matemática, diminuição de baixa instrução apontada como causa do mau desempenho, diminuição da má interpretação de escolares encaminhados para os serviços especiais².

Sob caráter de prevenção para auxiliar os escolares com dificuldades de aprendizagem e elegível para transtornos de aprendizagem, o RTI também surgiu da necessidade de se pensar em novas abordagens, quando somente havia o modelo de discrepância de QI e desempenho, o qual não mais abrangia com confiabilidade as indicações dos escolares, pois com o modelo RTI há uma diminuição dos casos falsos-positivos, bem como os falsos-negativos para transtornos de aprendizagem, contribuindo com a equipe escolar para avaliações mais específicas.

O RTI é uma maneira diferente para auxiliar escolares que, mesmo recebendo atividades apropriadas, não avançam comparados ao seu grupo/classe. Dessa forma, o RTI combina avaliação e instrução (modo de ensinar) e intervenção (atividade e estratégia pelo qual permite o ensino de determinado conteúdo). Utilizando programas baseado nesse modelo, as escolas podem identificar, precocemente, escolares de risco para transtornos de aprendizagem. O progresso de cada escolar é monitorado e a intervenção é ajustada ou trocada baseada no seu desempenho. O modelo de RTI mais utilizado é o dos Três níveis ou camadas: RTI nível I; RTI nível II e RTI nível III, onde em cada nível é levado em consideração os critérios de: grupo; tempo (duração); monitoramento e tipo de instrução.



Sendo assim, com base no **modelo de resposta à intervenção**, após a capacitação dos professores, sugere-se que o aluno seja selecionado a partir do preenchimento de uma ficha de seleção, com os seguintes itens:

1. Nome completo;
2. Idade e ano escolar;
3. Fatos marcantes quanto a sua história de desenvolvimento desde a gestação;
4. Quais funções cognitivas (memória, atenção, funções executivas, visuoconstrução e linguagem) percebe dificuldades no aluno ao realizar suas tarefas de leitura, escrita, compreensão de texto e aritmética;
5. Como este aluno vem se mostrando, quanto ao seu relacionamento com os colegas e professores;

6. Percebe-se alguma interferência emocional como: ansiedade, impulsividade e dificuldade em lidar com normas e limites que possam estar influenciando o seu processo de aprendizagem;
7. Quais intervenções instrucionais, programas estruturados e baseadas em evidências já foram utilizadas em todos os alunos, com este aluno presente quando ele teve a oportunidade de ter acesso aos aspectos que envolvem a sua dificuldade atual;
8. Quais intervenções instrucionais, programas estruturados e baseadas em evidências já foram utilizadas em pequenos grupos com este aluno presente quando ele teve a oportunidade de ter acesso aos aspectos que envolvem a sua dificuldade atual (Lembrando que aqui são situações de aprendizagem com necessidade de outras formas de ver o mesmo conteúdo e com maior duração da intervenção);
9. Quais intervenções instrucionais, programas estruturados e baseadas em evidências já foram utilizadas com este aluno, atendimento individualizado, e que ele teve a oportunidade de ter acesso aos aspectos que envolvem a sua dificuldade atual.

A partir das respostas será possível verificar, juntamente com a equipe de professores, quais alunos tem demanda para a avaliação psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia.

Avaliação Psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia

A Avaliação Psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia compõe um processo de investigação do funcionamento cognitivo e comportamental do indivíduo com vistas a possibilitar o diagnóstico, a determinação da natureza dos sintomas, a gravidade das sequelas, o prognóstico, a evolução do caso e oferecer bases para a reabilitação e para a intervenção (Haase et al., 2012). O objetivo desta avaliação é identificar dificuldades do aluno em conteúdos escolares ou relacionados diretamente ao processo ensino-aprendizagem.

Especificamente a avaliação a ser realizada junto aos alunos das escolas de Mariana e de Barra Longa, que foram diretamente impactados pelo rompimento da barragem de fundão e deve ter como foco a compreensão dos fatores cognitivos determinantes do desenvolvimento bem-sucedido do indivíduo em várias esferas da vida, inclusive na escola. Estas funções são os seguintes:

1. funcionamento intelectual global (inteligência);
2. atenção;
3. memória;
4. funções executivas;
5. visuoconstrução;
6. linguagem;
7. habilidades acadêmicas;
8. comportamento social e emoção.

Será realizado a aplicação de testes e elaboração de laudos para avaliação de necessidade psicopedagógica. Para realização do laudo, a criança deve ser atendida, no mínimo, 4 vezes, com intervalo de uma semana entre os atendimentos. Os testes aplicados são instrumentos específicos, com metodologias próprias, certificados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Instrumentos/Materiais - Para crianças de 2 a 5 anos

- Inteligência: Escala de Maturidade Mental Colúmbia ou SON-R
- Linguagem: vocabulário expressivo e receptivo
- Funções executivas e atenção: Teste de Trilhas e Teste de Cancelamento para Pré-escolares
- Habilidades pré-acadêmicas: THCP - Teste de Habilidades e Conhecimento Pré-Alfabetização;

- Avaliação do comportamento: Entrevista com os pais para avaliar comportamentos internalizantes e externalizantes e Baralho da Emoção.

Instrumentos/Materiais - Para crianças de 6 a 14 anos

- Inteligência: WASI
- Linguagem, funções executivas e atenção: Neupsilin-Inf
- Desempenho Escolar: Teste de Desempenho escolar
- Escala de Estresse para crianças e adolescentes
- Escala de Depressão para crianças (CDI)
- SSRS - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças
- Escalas Beck para Adolescentes

É importante destacar que, a criança será analisada a partir de um processo dinâmico, ou seja, considera-se o desenvolvimento neuropsicomotor, mas também o contexto social e familiar em que ela está inserida. Por isso destaca-se a importância de uma entrevista detalhada com os pais e com seus professores.

Tratamento psicopedagógico

A avaliação neuropsicológica/psicopedagógica e atendimento psicopedagógico será realizado durante o período transitório e por 3 anos após o reassentamento.

As intervenções devem ser específicas, focadas no transtorno diagnosticado. Pois, por exemplo, crianças com TDH precisam de um atendimento diferente de crianças com dislexia. As intervenções duram de 3 meses a uma ano e meio e são feitas com atendimento semanais de 50 minutos.

3.2. Atenção Psicossocial

Abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno

obsessivo-compulsivo, incluindo aquelas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool, cocaína, crack e outras drogas). A atenção Psicossocial está ligada a Política Nacional de Saúde Mental, que compreende as estratégias e diretrizes adotadas pelo país com o objetivo de organizar a assistência às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em Saúde Mental.

3.2.1. Atenção Psicossocial no contexto das ações da Fundação Renova

Conforme **CLÁUSULA 54 e CLÁUSULA 55 respectivamente** : “A *FUNDAÇÃO* deverá elaborar, desenvolver e executar um programa para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo *EVENTO*, priorizando os *IMPACTADOS* com deslocamento físico.”

“O *PROGRAMA* deverá ser direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela *FUNDAÇÃO*, em conformidade com as políticas públicas, em decorrência do *EVENTO*.”

De acordo com o artigo primeiro da LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm), “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

O Programa segue os princípios organizativo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ...“Direção da universalidade do sistema através de: fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programas, projetos e ações de assistência social de provisão partilhada entre os entes federativos; garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem; articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas, em especial as de Seguridade Social.”

Saúde

Conforme a **CLÁUSULA 109 do TTAC** “o presente programa deverá prever ações a serem executadas pela FUNDAÇÃO nas seguintes áreas, as quais deverão estar circunscritas aos efeitos decorrentes do EVENTO: a) atenção primária; b) vigilância em Saúde ambiental, epidemiológica, Saúde do trabalhador, sanitária e promoção da Saúde; c) assistência farmacêutica; d) assistência laboratorial; e) atenção secundária; e f) atenção em saúde mental.”

Conforme o item I, do Artigo 7, da **Lei Orgânica que cria o SUS** (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm), além de outros, o SUS deve obedecer o seguinte princípio: “I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência”

E a definição do nosso programa diz: “(...) atuar de forma a suplementar as políticas do SUS para atender as peculiaridades dos possíveis impactos decorrentes do evento, junto à população atingida”.

Sendo assim: a Fundação deve dar apoio para que o SUS consiga atender ao aumento da demanda devido ao evento, mas o atendimento do SUS continua universal, ou seja, não é restrito aos impactados.

Portanto, a atuação da Fundação Renova no município de Mariana e Barra Longa, no que diz respeito a atendimento aos impactados, segue o preconizado no TTAC, conforme cláusula 1, parágrafo II.

Deste modo, no que diz respeito à Assistência Social, o atendimento socioassistencial está relacionada ao Programa de Proteção Social e consiste no apoio à continuidade dos serviços públicos essenciais e na execução de ações socioassistenciais para as famílias e indivíduos impactados, priorizando os com deslocamento físico, sendo que as referidas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Atualmente temos ofertado para os serviços socioassistenciais do município de Mariana disponibilizamos 20 profissionais que estão sob a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC e distribuídos nos equipamentos públicos municipais, em Barra Longa disponibilizamos 2 profissionais sob a gestão do Departamento Municipal de Assistência Social, e as famílias podem recorrer ao serviços.

As demandas relacionadas a Saúde está relacionado ao Programa de Saúde Física e Mental, que atua de forma complementar ao SUS, para o atendimento às famílias e indivíduos impactados, disponibilizamos atualmente em Mariana 28 profissionais, em Barra Longa 23 profissionais que estão sob gestão das Secretarias Municipais de Saúde, as famílias podem procurar o atendimento nos serviços público de saúde dos municípios, sendo os atendimentos pautados na legislação do SUS.

4. Conclusão

De acordo com as bibliografias consultadas e apresentadas nessa Nota Técnica, os Distúrbio de Aprendizagem (DA), como um grupo heterogêneo de transtornos que se manifesta por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, fala, leitura, raciocínio ou habilidade matemática. Estes **transtornos são intrínsecos ao indivíduo**, supondo-se ocorrerem devido à disfunção do sistema nervoso central, e que podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção e interação social, mas não constituem, por si só um distúrbio de aprendizagem. Podem ocorrer concomitantemente com **outras condições**

incapacitantes ou com influências, extrínsecas, porém não são os resultados dessa condição. Nesse sentido, quando se trata da matéria da Psicopedagogia, o relato da existência de crianças e adolescentes com um quadro preocupante em relação à aprendizagem, que podem estar relacionados ao trauma do rompimento da barragem de Fundão não tem nexos causal, pois distúrbios de aprendizagem não são frutos de traumas e sim uma condição inerente ao indivíduo. Do ponto de vista da possibilidade da existência de alunos que apresentam dificuldades de aprendizado advindos de aspectos sociais, relacionais e psicológicos são possíveis e precisam ser tratados em níveis de saúde mental, não sendo matéria da psicopedagogia.

Quanto a necessidade de apoio socioassistencial e psicossocial a alunos e professores das escolas impactadas que apresentam quadros de depressão, ansiedade e um quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool e drogas), sendo alguns desses relatados na 14ª reunião da Câmara Técnica, devem ser encaminhados para os Sistema Único de Assistência Social e Sistema Único de Saúde. Ressaltando que a Fundação Renova não executa diretamente as atividades de proteção social e saúde, sendo que estas são exclusivas do poder público municipal das cidades de Mariana e Barra Longa. A Fundação Renova nas áreas de saúde e proteção social atua no fortalecimento desses sistemas, através da disponibilização de profissionais e capacitação para a melhoria dos processos executados nessas áreas, porém sem a gestão desses serviços.

Nesse sentido, recomenda-se reuniões de alinhamento entre as secretarias de educação, saúde e proteção social dos municípios de Mariana e Barra Longa para a previsão de assistência social e de saúde específica aos professores e alunos das escolas impactadas. Recomenda-se também um alinhamento entre as Câmaras Técnicas de Educação, Cultura e Turismo (CTECL), Saúde (CTS) e de Organização Social (CTOS) sobre os limites de atuação dos programas e análise de priorização de atendimento à professores e alunos impactados.

Considerando que a bibliografia sugere que sejam avaliados no mínimo 02 (dois) anos o desenvolvimento escolar do aluno – Plano de Desenvolvimento Individual, além de ser indicado a aplicação de diversas técnicas pedagógicas de intervenção, tanto em grupo quanto individualmente, para que a pessoa possa ser caracterizada pela necessidade de avaliação e acompanhamento psicopedagógico. Nesse contexto, nos encontros com educadores das escolas impactadas, não foram apresentadas crianças que tenha passado por avaliação psicopedagógica e que precisavam de apoio para o desenvolvimento das suas atividades anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão.

A bibliografia consultada reforça a metodologia proposta pela Fundação Renova de realizar um processo de capacitação dos professores para que esses possam identificar quais alunos estão em pleno desenvolvimento, quais estão precisando de estímulos pedagógicos e quais precisam realmente serem avaliadas e diagnosticada para compreensão de algum distúrbio de aprendizagem. A estratégia de se entrar com intervenções diretas, como o reforço escolar, antes de um processo de investigação e diagnóstico pode ser nocivo ao aluno, traumáticas no sentido de rotulação da criança como “laudada” e desencadear ações desnecessárias ou pouco frutíferas.

Considerando que no escopo de programa apresentado ao CIF, o cronograma de atendimento do apoio psicopedagógico aos impactados em idade escolar é do período de maio de 2017 a dezembro de 2022, perfazendo 67 meses de atendimento, podendo ser postergado à depender do cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Diante do exposto, solicitamos a anulação da notificação de descumprimento da clausula 93, tendo em vista que:

- A Fundação Renova na apresentação do escopo do programa e cronograma de execução foi indicado que o apoio pedagógico seria iniciado em maio de 2017, como foi realizado;

- Apesar do apoio psicopedagógico ter sido paralisado em fevereiro de 2018, em virtude da necessidade de ajustes contratuais que atendesse o escopo aprovado do programa, sendo retomado em agosto de 2018, teremos ainda aproximadamente 52 meses de atividades a serem executadas (ago/2018 a dez/2022), sendo um prazo muito superior ao estabelecido no TTAC;
- Os casos relatados na 14ª Reunião da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer são relacionados às matérias de atendimento psicossocial e saúde mental, e sendo essas atribuições específicas do poder público, bem como as ações realizadas pela Fundação Renova no fortalecimento desses sistemas no município de Mariana e Barra Longa;
- Conforme referências bibliográficas, os distúrbios de aprendizagem não possuem nexo causal com o trauma do rompimento da barragem de Fundão, pois distúrbios de aprendizagem são uma condição intrínseca ao indivíduo.

5. Bibliografia Consultada

ANDRADE, L.B. (2010). **Psicopedagogia e distúrbios de aprendizagem: uma visão diagnóstica**. Encontro: Rev. Psicol., 13 (19), 115-143. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/view/2521>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BOSSA, N.A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAMAT, L.S.J. **Técnicas de Diagnóstico Psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista**. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2004.

CIASCA, S.M. **Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MACHADO, A.C e ALMEIDA M.A (2014). **O modelo RTI – Resposta à Intervenção como proposta inclusiva para escolares com dificuldades em leitura e escrita**. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia Nº 95, 2014. Conteúdo Disponível em: <http://www.abpp.com.br/revistas/revista-psicopedagogia-95.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

NUTTI, J.Z. **Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem**. Psicopedagogia OnLine – Educação & Saúde , São Paulo, maio de 2002. Seção Conteúdo. Disponível em: http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20120530115738.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

ROTTA, N.T. et al. **Transtornos de Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RUBINSTEIN, Edith. Da reeducação para a psicopedagoga, um caminhar. In: _____ (Org.). **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. cap. 01. p. 17-40.

WEISS, M.L.L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica**. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Este documento foi elaborado por Shymena Nunes Guedes – Especialista de Programa.

Shymena Nunes Guedes
Especialista de Programa

Data:

Juliana Machado
Gerente Executivo

Data:

----- Forwarded message -----

From: **Shymena Nunes Guedes** <shymena.guedes@fundacaorenova.org>

Date: seg, 10 de set de 2018 às 15:14

Subject: RES: Cláusula 93 do TTAC

To: Aloísio Soares Lopes <lopesaloisio@gmail.com>

Cc: Eva Adriana Costa Gazoni <eva.gazoni@fundacaorenova.org>, Governança <governanca@fundacaorenova.org>, Crhistian Ghamaliel De Souza <crhistian.souza@fundacaorenova.org>, Juliana Machado Cardoso Matoso <juliana.machado@fundacaorenova.org>, Kivia Dionizio Cruz <kivia.cruz@fundacaorenova.org>

Prezado Aloísio,

Em atenção à sua mensagem, informamos o exposto a seguir e nos colocamos mais uma vez a disposição da Câmara Técnica para apresentação do trabalho referente ao apoio psicopedagógico e de assistência pedagógica em reunião ordinária.

Em 29/11/2017 a consultoria Compreender realizou um Encontro formativo com os professores da escola de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. O objetivo do encontro foi construir de forma conjunta os critérios de encaminhamento das crianças para a avaliação psicopedagógica.

A partir da análise conceitual sobre as funções cognitivas, os professores apresentaram casos isolados de crianças potencialmente consideradas como candidatas à avaliação psicopedagógica mas concluíram pela demanda de aprofundamento da formação em processo, sobretudo considerando as dúvidas apresentadas sobre a relação de diferenciação entre 'motivação para o estudo' e 'dificuldade de aprendizagem' e a influência do currículo convencional na proposta pedagógica. Sendo assim, o grupo de professores decidiu pelo seguinte encaminhamento:

1. Envio de material conceitual sobre o tema da avaliação psicopedagógica com enfoque neuropsicológico, para fundamentar a análise do processo de aprendizagem do aluno, pelo professor.
2. Realização de mais dois encontros formativos sobre temas relacionados às causas e consequências da dificuldade de aprendizagem e possíveis encaminhamentos. Os dois encontros formativos serão realizados no início de 2018, considerando os compromissos de final de ano.
3. Análise a ser feita pela consultoria dos documentos relativos ao Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI) já realizado pela rede, no sentido de subsidiar o encaminhamento para a avaliação psicopedagógica.

Em 04/12, a Consultoria Compreender enviou o e-mail anexo aos professores das escolas de Bento e Paracatu, com os seguintes encaminhamentos:

4. Envio de material conceitual sobre o tema da avaliação psicopedagógica com enfoque neuropsicológico, para fundamentar a análise do processo de aprendizagem do aluno, pelo professor. Composto ainda de uma ficha a ser

preenchida pelo professor que identificar o aluno potencialmente candidato à avaliação, e a apresentação feita no último encontro.

5. Solicitação do envio do Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI) já realizado pela rede, no sentido de subsidiar o encaminhamento para a avaliação psicopedagógica.

Em consequência do final do ano letivo em dezembro/2017 e a paralisação dos serviços da consultoria Compreender de fevereiro a agosto/2018, o item 2 - Realização de dois encontros formativos sobre temas relacionados às causas e consequências da dificuldade de aprendizagem e possíveis encaminhamentos serão realizados no setembro/2018. Somente após a realização desses encontros formativos e após o recebimento e análise do item 5 – Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI) é que os alunos passarão pela avaliação psicopedagógica e posterior atendimento.

Hoje (10/09) e nos dias 13/09, serão realizadas reuniões com as escolas de Bento e Paracatu para o agendamento das formações. Já se sabe que os alunos das duas comunidades que estavam nas escolas na época do rompimento e que saíram, hoje estão nas Escolas Estaduais Dom Silvério, Dom Benevides e Águas Claras. Passaremos ainda pelo mapeamento desses alunos e professores para que os educadores possam participar da formação para avaliação psicopedagógica, buscando atender ao estabelecido pelo Programa, de atender com o apoio psicopedagógico a todos os indivíduos em idade escolar diretamente impactados.

Conforme NT, pag. 26, o componente Apoio Psicopedagógico é estruturado em quatro etapas:

1. mapeamento dos alunos atingidos pelo evento da barragem; (estamos nessa fase – setembro/18)
2. capacitação dos professores para a avaliação das etapas de aprendizagem dos alunos; (em preparação dessa fase – outubro/2018)
3. avaliação diagnóstica psicopedagógica; e (novembro a dezembro/2018)
4. tratamento psicopedagógico. (fevereiro/2019 -)

Seguindo a bibliografia consultada, não se trata de preciosismo exacerbado quando passamos por um processo mais criterioso de triagem de alunos. Visto que muitas vezes crianças são encaminhadas para avaliações com vários profissionais desnecessariamente pelo fato de os professores ou até familiares desconhecerem o que pode estar causando uma dificuldade de aprendizagem; a maioria das causas é relacionada a “problemas de ensinagem” cujo contexto é o escolar ou aquelas de ordem afetivo-emocional proveniente do ambiente familiar. Ainda há falta de esclarecimento entre condições de aprendizagem que levam ao fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem propriamente ditas. A criança é identificada enquanto portadora de um problema sendo que o mesmo encontra-se no próprio sistema de ensino (MASINI, 1986 apud CIASCA, 2008).

Sobre o apoio pedagógico, informamos que 04 profissionais são disponibilizados para o trabalho e outros poderão se alocados caso seja necessário. Encaminho os dados solicitados:

Nome	Formação	Residência
José Antônio de Oliveira Júnior	Graduação em Letras.	Mariana-MG

	Graduação em Pedagogia Especialização em Orientação Educacional. Especialização em Supervisão e Coordenação Escolar Mestrado em Educação	
Daiane Anasaloni Mendes	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Ouro Preto-MG
Mônica Botelho Maldonado	Graduação em Letras. Especialista em coordenação/Supervisão Pedagógica Mestrado em Educação	Belo Horizonte-MG
Rejane Moreira	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Belo Horizonte-MG

À disposição.

Att.,

Shymena Guedes
Educação e Cultura
Gerência de Estratégia e Programas Longo Prazo

Celular: 31 98446-8291
shymena.guedes@fundacaorenova.org

www.fundacaorenova.org

De: Aloísio Soares Lopes <lopesaloisio@gmail.com>
Enviada em: terça-feira, 4 de setembro de 2018 11:01
Para: Shymena Nunes Guedes <shymena.guedes@fundacaorenova.org>
Cc: Eva Adriana Costa Gazoni <eva.gazoni@fundacaorenova.org>
Assunto: Cláusula 93 do TTAC

À Fundação Renova

Prezados,

Apesar do documento enviado a esta Câmara Técnica registrar que "nos encontros com educadores das escolas impactadas não foram apresentadas crianças que tenham passado por avaliação psicopedagógica e que precisaram de apoio pra o desenvolvimento de suas atividades anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão" (p.39) , fomos informados pelas diretoras das escolas atingidas de Mariana e Barra Longa que as mesmas repassaram uma lista de nomes de alunos à consultoria contratada pela Fundação Renova, em meados de 2017.

Dessa forma, solicitamos informar as providências tomadas em relação aos alunos indicados pelas respectivas escolas; se os mesmos receberam avaliação de profissional

em psicopedagogia; quais os diagnósticos sobre os mesmos, bem como os encaminhamentos dados ou recomendados às escolas e familiares.

Sobre a assistência pedagógica, solicitamos informar quantas equipes (e qual a formação dos profissionais que a compõem), para atendimento às escolas municipais e estaduais de Mariana e Barra Longa.

Preliminarmente, observou-se que equipe disponibilizada para atendimento às escolas municipais de Mariana é insuficiente para atender à demanda local, considerando-se o número de profissionais, a qualificação e a jornada disponibilizada. Desde já, destacamos a necessidade de que as equipes estejam sediadas nos municípios de atuação.

No aguardo das informações, para continuidade da análise por esta Câmara,

Atenciosamente,



Fundamental

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e

Diretoria de Ensino Fundamental

Relatório

Introdução:

Em atendimento ao pedido de manifestação, efetuado pela coordenação da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo, acerca do Programa de Apoio Psicopedagógico, em implementação pela Fundação Renova, tendo como público alvo as Escolas Municipais Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (Mariana), José de Vasconcelos Lana e Gustavo Capanema – Gesteira (Barra Longa), a Secretaria de Estado da Educação - SEEMG apresenta considerações a partir da análise dos elementos identificados nos documentos encaminhados, sem desconsiderar as potencialidades e benefícios que a ação poderá trazer, apontaremos alguns tópicos que podem ser refletidos e revisados para o real fortalecimento dos processos de ensino e de aprendizagem:

- Em março de 2016 foi assinado **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC** – Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar estabelecendo na **Cláusula 93** “... ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas ...”. A vigência é de 36 (trinta e seis) meses a contar da assinatura do contrato.
- A **Nota Técnica indicativa da Cláusula 93** – Apoio Psicopedagógico traz como “fundamental um apoio psicopedagógico, pedagógico e de psicologia educacional que permita contribuir para a manutenção da adesão e desempenho da comunidade escolar.” Justifica a interdisciplinaridade proposta “pelo conceito relativo aos objetos de trabalho de cada ciência ...”. A referida Nota Técnica elenca nas suas considerações que “Os principais problemas a serem tratados pelo programa de assistência pedagógica às escolas afetadas em Mariana se manifestam por meio da dispersão da comunidade escolar em relação a seus processos de aprendizagem, socialização e vinculação com a instituição escolar...”. Consta ainda desse mesmo documento o entendimento de que “somente a solução de Apoio Psicopedagógico não seria suficiente para reparar o impacto do rompimento da barragem de Fundão na comunidade escolar impactada...” acreditando que “ao se reestruturar coletivamente, através da Pedagogia e Psicologia Educacional, a escola poderá então perceber, acolher e tratar as demandas individuais relacionadas à função específica de aprendizagem de cada aluno, o que é o objeto do trabalho da Psicopedagogia.” As Secretarias Municipais de Educação solicitam a extensão do trabalho para todas as escolas da rede municipal de Barra Longa e Mariana.
- A **Nota Técnica CT-ECL nº 14** indica o descumprimento da Cláusula 93 do TTAC - ausência de documentos comprobatórios do atendimento psicossocial e



Fundamental

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e

Diretoria de Ensino Fundamental

pedagógico, e a paralisação do atendimento psicopedagógico, e faz recomendações para notificação e retomada da ação.

Considerações:

Os documentos apresentados descrevem propostas de atendimento psicopedagógico aos estudantes, a partir de orientações aos professores a fim de capacitá-los para a realização de diagnóstico que defina o público para atendimento. Informa que a assistência pedagógica foi realizada em data anterior ao mês de julho do corrente, e que o atendimento psicossocial foi oferecido em novembro de 2015.

Conforme descrito, apresenta ações pontuais, sem reconhecer na prática, pois o documento evidencia, a importância da tríade estabelecida – Cuida-se do ensino (Pedagogia) – da aprendizagem (Psicopedagogia), do ser na integralidade como sujeito social (Atendimento Psicossocial). Não se pode prever um atendimento dessa natureza com ações estanques, pois há uma ligação indissociável entre ensino, aprendizagem, utilização da leitura e da escrita nas práticas cotidianas e como as práticas sociais de cada indivíduo potencializam a sua aprendizagem e desenvolvimento. É uma teia, em que um alicerça o outro. O ensino sustenta a aprendizagem, que sustenta o ensino, que se sustentam nas práticas sociais, e que é sustentada por ambos.

As ações precisam estar atreladas, pois se a psicopedagogia tem um cunho individual, que parte do sujeito, o ensino precisa ser organizado para atuar de acordo com as necessidades daquele sujeito. As práticas pedagógicas devem prever a organização de situações didáticas pensadas para cada estudante, para que esse possa desenvolver as habilidades e competências que são esperadas. Portanto, o atendimento ao estudante pressupõe ação de atendimento ao professor. O diagnóstico psicopedagógico apresentado não pressupõe um diagnóstico pedagógico, que reflita sobre os níveis de leitura, escrita, cálculo ao longo da escolarização desse estudante e formas de apoio para potencializar a prática pedagógica do professor.

Há informações diferenciadas nos documentos que nos deixam dúvidas quanto a quem realmente será atendido pelo “apoio psicopedagógico” e se está condizente com o acordado como compromisso do atendimento:

- A cláusula 93 do TTAC prevê apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas.
- O público alvo do programa, constante da Nota Técnica – Apoio Psicopedagógico indica como público-alvo “pessoas impactadas em idade escolar...”.
- O mesmo documento tem como premissa o “acompanhamento das famílias das crianças com transtorno de aprendizagem para orientações sobre possíveis mudanças de comportamento”.
- A referida Nota Técnica diz: “A Psicopedagogia se divide em três processos: prevenção, diagnóstico e intervenção. Na prevenção, o psicopedagogo realiza uma investigação institucional, avaliando os processos didáticos e metodológicos aplicados, e a dinâmica dos profissionais, buscando compreender o processo ensino/aprendizagem e propondo alternativas que otimizem os esforços



Fundamental

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e

Diretoria de Ensino Fundamental

empreendidos pelos envolvidos. Nesse momento, suas atividades são direcionadas a orientação para com a metodologia de ensino, didático, estrutura curricular e outros fatores associados à qualidade do ensino”. Portanto, pressupõe, atendimento aos profissionais das escolas, nessa perspectiva, e não consta dos documentos analisados, os encaminhamentos para implementação do referido processo de prevenção.

- O cronograma de ações só prevê ações para estudantes selecionados com possível perfil de distúrbio de aprendizagem. A formação aos professores descrita no documento está relacionada simplesmente ao repasse de informações com o objetivo de receber o apoio dos professores para a seleção dos estudantes para atendimento.
- Em alguns trechos o documento diz que o apoio se dará somente ao estudante com distúrbio de aprendizagem, condição intrínseca, e não aos demais estudantes com dificuldades em virtude dos “problemas de ensinagem” (termo empregado no documento). Ou seja, aborda a possibilidade de existência do problema, mas não considera o surgimento ou agravamento causado em decorrência do rompimento da barragem: mudança da escola e possibilidade de desenvolver o senso de não pertencimento, a interrupção e não continuidade e sistematização das aprendizagens anteriores, uma vez que o ensino precisa ser processual, cumulativo, sistemático.

A Nota Técnica indicativa da Cláusula 23 aborda a temporalidade e o diagnóstico, e a realização de sessões do atendimento psicopedagógico, não deixa claro, porém, quais são os pressupostos do Programa de Apoio Psicopedagógico, ou seja, não esclarece como esse apoio se dará, como de fato será o atendimento ao estudante, periodicidade, formas de atendimento (Individual/Grupo/Familiar). Não apresenta a previsão de vinculação entre o atendimento psicopedagógico e as atividades pedagógicas desenvolvidas durante as aulas. Não pressupõe formas de atuação considerando os estudantes atendidos nas turmas dos anos iniciais, perspectiva da unicodência, e dos estudantes dos anos finais, pluricodência. Não descreve nenhuma atuação voltada para a identificação ou análise dos processos didáticos e metodológicos encaminhados pelos professores. As ações propostas desconsideram a importância do atendimento não se configurar ação individual, restrita ao estudante.

Outro ponto fundamental de análise é a responsabilização impetrada aos professores para a identificação dos estudantes com potencial para atendimento psicopedagógico. Não há garantia de que o professor tenha condições de realizar a indicação e nem tempo de realizá-la com propriedade. O questionário para preenchimento é subjetivo, demanda conhecimento teórico e a formação ofertada aos professores é incipiente, de curta duração (3 momentos, sendo um já realizado em 2017, e dois previstos ou já realizados em setembro/2018). Não é claro, também, como se dará o acompanhamento, da Equipe Técnica aos professores durante a realização do diagnóstico, dado importante, considerando as bases em que se dará a preparação desses educadores. Falta mecanismo de controle que possa garantir que o professor consolidou conhecimentos e desenvolveu habilidades para efetuar a ação, e não corra o risco de deixar de fora quem precisa.



Fundamental

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e

Diretoria de Ensino Fundamental

O projeto prevê atendimento aos estudantes com distúrbios de aprendizagem, selecionados a partir de um diagnóstico específico, sem considerar os demais não atendidos, e que a escola identificou, inicialmente, como demanda de atendimento. Não há previsão, também, de acompanhamento escolar dos atendidos que não estiverem se desenvolvendo e novas formas de atuação.

O slide, que consta dos documentos, referente a Avaliação Neuropsicológica, apresenta dados do diagnóstico de uma estudante, e os encaminhamentos traz dentre as recomendações, “Treino da Consciência Fonológica”, “Alfabetização pelo Método Fônico”. Há o que se pensar: melhor dizer desenvolvimento da consciência fonológica, uma vez que é possível trabalhando com atividades lúdicas, prazerosas, através de textos sonoros (poesia, música, parlenda, trava-línguas etc.) a rima, a aliteração. Quanto à indicação do Método Fônico, não achamos recomendável a indicação de métodos e sim formação para fortalecer a prática pedagógica do professor para que ele possa atuar com metodologias contextualizadas, sistemáticas, que levem o estudante a participar ativamente do processo.

Conclusão:

Os documentos apresentados não comprovam de fato que os estudantes tenham sido atendidos, referem-se aos termos do planejamento e orientações para a realização de diagnóstico. O lapso de tempo entre o planejamento e a efetiva ação não é factível para o bom andamento de uma proposta de atendimento pedagógico.

Portanto, não há o que se falar, até a presente data, em atendimento psicopedagógico aos estudantes afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, pois o mesmo ainda não ocorreu.

A atuação ainda é restrita sem apresentação de resultados alcançados, e é preciso avaliar se a equipe destinada ao trabalho dará conta de atender a todas as escolas da região, como pretendido.

É preciso ampliar o olhar sobre a relação entre os distúrbios de aprendizagem e o trauma do rompimento da barragem de Fundão, o segundo pode não ser a causa do primeiro, mas sem dúvida atuou no agravamento daquele. “Distúrbio de aprendizagem é condição intrínseca ao indivíduo”, apesar de, não se pode desvincular o diagnóstico atual do estudante do evento, pois o mesmo pode ter interrompido um trabalho que estava sendo realizado com o estudante e dando frutos positivos, além do sentimento de pertencimento à escola que se perdeu, trazendo em muitos casos medo, ansiedade, tristeza, culminando com a não aceitação da nova escola. Portanto o evento ocorrido, mesmo que indiretamente, atua, sim, para potencializar as dificuldades de aprendizagem, uma vez que prejudicou as possibilidades de continuidade de uma prática pedagógica/metodológica adequada, e prejudicou ou inibiu a predisposição, o desejo do estudante à aprendizagem, ou seja, o 1º (evento do rompimento) potencializa o 2º (dificuldade da aprendizagem) pela interrupção do trabalho que vinha sendo realizado.

É preciso muito cuidado com a formação do professor para realizar o diagnóstico, pela responsabilidade da ação a qual ele irá assumir.



Fundamental

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e

Diretoria de Ensino Fundamental

Avaliar as indicações de encaminhamentos sugeridos após a conclusão da avaliação neuropsicológica para que não tenham caráter de receita pronta, mas devem prever e refletir, além do que fazer, sobre o como fazer. Sendo necessário, portanto, formação continuada aos professores para fortalecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula.

O Apoio Pedagógico deveria estar ocorrendo desde março de 2016 (assinatura do TTAC). Os trâmites burocráticos mostraram-se muito morosos. É indiscutível os benefícios perdidos, uma vez que a ação, efetivamente, ainda não alcançou os estudantes e a comunidade escolar.

Belo Horizonte, 20/09/2018.

Maximiliana Greggio Ramos Ferreira
Diretoria de Ensino Fundamental/SIF
SEEMG

**Considerações acerca da análise da proposta apresentada pela Fundação Renova –
Programa de Apoio Psicopedagógico**

Profissional Responsável: *Graziela Santos Trindade - Mestre em Educação pela PUC Minas (2012), Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Castelo Branco-RJ (2006) e Pedagoga pela PUC Minas (2002).*

1. Sobre o texto conceitual: Avaliação Psicopedagógica

As relações com o conhecimento, o vínculo com a aprendizagem e as significações contidas no ato de aprender são estudados pela Psicopedagogia, a fim de que possa contribuir para a análise e reformulação de práticas educativas e para a ressignificação das aprendizagens. Assim, sendo a Psicopedagogia uma área de conhecimento e de atuação dirigida para o processo de aprendizagem, seu objeto de estudo é o ser cognoscente, ou seja, o sujeito que se volta para a realidade e dela retira um saber, uma aprendizagem. Resta-nos reafirmar que todos os indivíduos, sem distinção, tem suas capacidades de aprender. Logo, todos os profissionais do campo da Psicopedagogia devem acreditar no potencial de aprendizagem dos sujeitos, ainda que estes apresentem suas características individuais e particulares. Cabe ressaltar que os processos de aprendizagem podem sofrer influências de diferentes fatores (genéticos, orgânicos, psicossociais, emocionais, ambientais, etc) podendo ser potencializado ou prejudicado em seus objetivos.

Considerando que o referido Programa de Apoio Psicopedagógico, apresentado pela Fundação Renova, pressupõe proporcionar apoio Psicopedagógico aos escolares impactados pela tragédia de Mariana, seguem abaixo algumas considerações para reflexão:

- *Qual a compreensão que se tem de avaliação Psicopedagógica e qual o seu objetivo?*

Sobre o objeto da Avaliação Psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia

A Avaliação Psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia compõe um processo de investigação do funcionamento cognitivo e comportamental do indivíduo com vistas a possibilitar o diagnóstico, a determinação da natureza dos sintomas, a gravidade das sequelas, o prognóstico, a evolução do caso e oferecer bases para a reabilitação e para a intervenção (Haase et al., 2012). O objetivo desta avaliação é identificar dificuldades do aluno em conteúdos escolares ou relacionados diretamente ao processo ensino-aprendizagem.

O programa propõe uma Avaliação Psicopedagógica com enfoque na Neuropsicologia. Entretanto, Psicopedagogia e Neuropsicologia compõe campos distintos. Nesse sentido tal junção me parece pouco adequada especialmente se pensarmos nas condições do profissional para atuar nesta frente. Um Psicopedagogo não está apto a realizar Avaliação Neuropsicológica. Caberia, entretanto, ações com caráter interdisciplinar.

Segundo a proposta o objetivo da avaliação é identificar as dificuldades do aluno em relação aos conteúdos escolares. Entretanto, uma Avaliação Diagnóstica Psicopedagógica é uma investigação do significado, da causa e da modalidade de aprendizagem do sujeito, suas possibilidades e impossibilidades no que diz respeito à aquisição do conhecimento, com vistas

ao desenvolvimento do potencial do educando. Nesse sentido os objetivos deste tipo de avaliação não deve se limitar à identificação das aprendizagens.

- *Qual o foco da Avaliação Psicopedagógica?*

Especificamente a avaliação a ser realizada junto aos alunos das escolas de Mariana e de Barra Longa terá como foco a compreensão dos fatores cognitivos determinantes do desenvolvimento bem-sucedido do indivíduo em várias esferas da vida, inclusive na escola. Estas funções são as seguintes:

1. funcionamento intelectual global (inteligência);
2. atenção;
3. memória;
4. funções executivas;
5. visuoconstrução;

Av. Getúlio Vargas 671 4º andar | Funcionários | Belo Horizonte | MG | 30112-021 | 0800 031 2303 | fundacaorenova.org 1



6. linguagem;
7. habilidades acadêmicas;
8. comportamento social e emoção.

O estudo das funções cognitivas são bem aprofundados no campo da Neuropsicologia. Embora em uma Avaliação Psicopedagógica o profissional perpassasse alguns aspectos ligados a estas habilidades, estas não são o foco da Avaliação Diagnóstica na Psicopedagogia, mesmo porque a avaliação das funções cognitivas não determina a exclusão e/ou compreensão das habilidades pedagógicas e do desenvolvimento.

- *Quem seleciona o público-alvo? Como selecionar este público?*

Sobre a seleção das crianças para a avaliação psicopedagógica

Para a seleção das crianças que devem ser avaliadas, os professores precisam identificar quais alunos estão em pleno desenvolvimento, quais estão precisando de estímulos e quais precisam ser identificadas para serem avaliadas e investigadas para compreensão do funcionamento geral. Neste sentido, sugerimos que os professores conheçam os critérios utilizados em para a seleção destes alunos, baseados no MODELO DE RESPOSTA À INTERVENÇÃO. É um modelo eficaz para prevenir e remediar dificuldades e transtornos específicos de aprendizagem.

A proposta é que professor seja o responsável pela identificação do público com observância dos critérios utilizados com base no “Modelo de Resposta à Intervenção”. O público me parece definido quando se refere a todos os escolares impactados. Entretanto dentre estes cabe a

identificação dos casos cujos sintomas em relação ao desempenho escolar esteja mais agravado. O professor é de fato o profissional indicado para esta identificação e encaminhamento. No entanto, cabe o questionamento em relação ao direcionamento deste processo tendo em vista as demandas de trabalho do professor e a utilização de um instrumento (ficha).

- Que realizará a Avaliação diagnóstica Psicopedagógica?

Sugere-se um profissional da Psicopedagogia. É aconselhável a articulação de uma equipe multidisciplinar. Ao profissional da Psicopedagogia compete :

- a Entrevista inicial com responsável tem por objetivo colher os primeiros dados sobre as inquietações da família frente às dificuldades vivenciadas pela criança
- Anamnese que é o levantamento de dados sobre a história de vida
- Análise do material escolar implica em verificar a metodologia utilizada em sala de aula, a organização e estruturação das atividades e o cuidado com o material
- Avaliação comportamental e pedagógica e o relatório escolar transmitem a visão dos professores/orientadora sobre a conduta em sala de aula, o relacionamento com os colegas e outros profissionais da escola além da produção nas diferentes disciplinas. O contato com escola poderá ser questionários ou entrevista com professores.

Aplica-se à prática psicopedagógica de avaliação instrumento próprios como:

- Provas Projetivas Psicopedagógicas
- Provas Operatórias
- Avaliação Pedagógica
- Provas e Testes Complementares (Quanto ao uso de testes de acordo com o Código de Ética da Psicopedagogia, o psicopedagogo utiliza procedimentos próprios de sua área atentando para não usar testes específicos de outras áreas de atuação para os quais não tem formação adequada, cabendo aqui usar de criatividade para elaborar atividades e estratégias através de jogos, desenhos e brincadeiras que lhe permitam as observações da dinâmica de interação entre o cognitivo e afetivo, visando responder questões ainda não solucionadas. O psicopedagogo que tem formação em outras áreas do conhecimento quando realiza o diagnóstico psicopedagógico não pode alternar com técnicas psicopedagógicas, pois estas requerem outro enquadramento. Não existe uma bateria de testes ideal, pois eles são selecionados de acordo com a necessidade em função das hipóteses levantadas (WEISS, 1994))

2. Nota técnica: Apoio Psicopedagógico

- *Quais os objetivos?*

Em relação aos objetivos propostos vemos,

" - Disponibilizar apoio pedagógico e de psicologia educacional para alunos e professores das escolas diretamente impactadas até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira;

- Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados em idade escolar até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira; "

Resta-nos indagar sobre a escolha por disponibilizar, num primeiro momento, o apoio pedagógico e de psicologia educacional seguindo-se do apoio psicopedagógico. O apoio pedagógico pressupõe o trabalho já realizado pela escola por meio de especialistas supervisores pedagógicos e orientadores educacionais. Já a Psicologia educacional é mais voltada para uma pesquisa teórica, diferentemente da Psicologia Escolar que coloca-se como uma vertente aplicada desse conhecimento, sendo utilizada diretamente nos espaços de escolarização em conjunto com a Psicopedagogia, segundo a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE. Nesse sentido vemos a apresentação de campos de conhecimento distintos mas sem clareza de uma proposta interdisciplinar.

*emancipatória. Nesse sentido, foi considerado como fundamental que o trabalho de assistência a ser disponibilizado pela Fundação Renova, para o Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração Escolar tenha como respaldo teórico além da **PSICOPEDAGOGIA**, a **PEDAGOGIA**, a **PSICOLOGIA EDUCACIONAL**, disciplinas capazes de atender tecnicamente e de forma coletiva a reorganização dos*

Questiona-se, ainda, a apresentação dos referidos campos como referencial teórico diferente do anteriormente defendido no texto conceitual (neuropsicologia).

- Como se dá o processo de apoio?

PF8043 –Processo de apoio psicopedagógico ao impactados em idade escolar

Objetivo

Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados diretamente pelo evento em idade escolar até 03 (três) anos após reassentamento.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições da cláusula 93 do TTAC. Os alunos encaminhados para o atendimento psicopedagógico devem passar por laudo de profissional especializado, o atendimento só será realizado com a autorização dos pais e encaminhamento da Secretaria Municipal de educação.
- A área de abrangência do programa é os municípios de Barra Longa e Mariana;
- As famílias de crianças com transtornos de aprendizagem devem ser acompanhadas para orientação sobre possíveis modificações de comportamento.

Diagrama do processo



Em relação ao processo proposto, questiona-se:

- forma de identificação do público pela escola/professor? (sugere-se a não imposição dos instrumentos a serem utilizados. Indicada o registro da observação do comportamento em sala de aula e avaliação qualitativa, descritiva do desempenho escolar)
 - realização de laudo? (sugere a patologização das possíveis dificuldades de aprendizagem)
 - diagnóstico? (condiciona o acompanhamento a existência de um diagnóstico. Pode não se chegar a ele e nesse caso?)
 - aprovação da família para atendimento? (condiciona o acompanhamento a autorização da família. Nesse momento a família já não estaria mobilizada?)
 - Atendimento Psicopedagógico? (o programa prevê apenas as intervenções clínicas restando lacunas em relação às intervenções institucionais para reestruturação das propostas pedagógicas quando necessário)
- * *Descrição do processo?*

Descrição do processo

- Avaliação Neuropsicológica/psicopedagógica e atendimento psicopedagógico à comunidade escolar durante o período transitório e por 3 anos após o reassentamento.
- Elaboração de laudos para avaliação de necessidade psicopedagógica.
- Para realização do laudo, a criança deve ser atendida, no mínimo, 4 vezes, com intervalo de uma semana entre os atendimentos.
- Os testes aplicados são instrumentos específicos, com metodologias próprias, certificados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Mais uma vez indefinição quanto a base teórica: Neuropsicologia? Psicopedagogia? Necessidade de laudo? Testes? Limitação para atuação do psicopedagogo em meio a uma proposta de apoio Psicopedagógico? Essas questões, por sua vez, indagam todo o processo de execução do programa.

- Qual a forma de apoio Psicopedagógico?

3. Assistência Psicopedagógica e Atenção Psicossocial

Em sua cláusula 93, o TTAC dispõe que "O programa deverá prever, ainda, ações de **apoio psicopedagógico** para alunos e profissionais das escolas impactadas durante o período de 36 meses contados da assinatura deste Acordo." (Grifo nosso). É importante trazer referências bibliográficas e conceituais sobre a Psicopedagogia e Atenção Psicossocial:

3.1. Apoio Psicopedagógico

O Código de Ética do Psicopedagogo, no seu artigo 1º, define a Psicopedagogia como "(...) um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a

O apoio Psicopedagógico fundamentado no Código de ética do psicopedagogo pressupõe atuação do profissional da psicopedagogia na condução dos processos de avaliação diagnóstica Psicopedagógica e no acompanhamento. Entretanto, tal fundamentação não parece coerente com as perspectivas até então apresentadas que flutuam e privilegiam diferentes campos da Psicologia.

A proposta ainda parece pecar quando apresenta os conceitos de distúrbios e transtornos de aprendizagem. Mais uma vez evidencia-se a ótica patológica. Não são consideradas as dificuldades de aprendizagem como um sintoma (possivelmente transitório).

influência do meio, família, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia". A Psicopedagogia surge para atender a uma demanda específica de auxílio à superação das dificuldades de aprendizagem, atuando de forma preventiva e terapêutica.

A utilização do termo "Distúrbios de Aprendizagem" (DA) tem sido amplamente utilizado para se referir a uma perturbação ou déficit na capacidade de adquirir e assimilar informações para a solução de problemas, por vias internas ou externas ao indivíduo (VALLET, 1977 apud CIASCA, 2008).

Distúrbio de Aprendizagem (DA) como um grupo heterogêneo de transtornos que se manifesta por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, fala, leitura, raciocínio ou habilidade matemática. Estes **transtornos são intrínsecos ao indivíduo**, supondo-se ocorrerem devido à disfunção do sistema nervoso central, e que podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção e interação social, mas não constituem, por si só um distúrbio de aprendizagem. Podem ocorrer concomitantemente com **outras condições incapacitantes ou com influências, extrínsecas porém não são os resultados dessa condição**. (HAMMILL, 1988/1991 apud CIASCA, 2008, p. 24).

São considerados distúrbios de aprendizagem: a Dislexia, que é transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração; a Disgrafia, que é a dificuldade na escrita ao produzir letras e palavras com pouca legibilidade no que se refere à caligrafia e distribuição espacial; e a Discalculia que é um comprometimento na aprendizagem da matemática que impede o indivíduo atingir o nível de proficiência ou domínio cognitivo adequado nesta área, considerando-se a inteligência normal, oportunidade escolar, estabilidade emocional e motivação necessária.

3. Sobre a proposta de formação: Encontro com professores

Nesse caso, considerando-se o professor como sujeito essencial no processo de identificação do público-alvo do programa justifica-se a proposta de formação. Indaga-se, entretanto, a opção pela apresentação de um conteúdo totalmente fundamentado em bases teóricas diferentes das trazidas no programa. Porque a Neurociência? Como esse conteúdo instrumentaliza o professor para:

- a compreensão das dificuldades de aprendizagem como um sintoma;
- a observação dos aspectos comportamentais;
- a avaliação qualitativa do processo de aprendizagem dos conteúdos escolares;
- o planejamento e o desenvolvimento de intervenção pedagógica com foco nos métodos e técnicas de ensino?

4. Conclusão

No contexto de um Programa de apoio Psicopedagógico há de se pensar, de início, numa base conceitual sólida que privilegie os estudos e pesquisas do campo da Psicopedagogia bem como dos campos que mais contribuem com a constituição do discurso psicopedagógico. A Psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, entretanto utiliza métodos, instrumentos

e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis no caso de uma intervenção (seja ela clínica ou institucional). O reconhecimento do profissional da área bem como de suas potencialidades e limites frente aos diferentes casos faz-se necessário ao alcance dos objetivos propostos.

A compreensão do sujeito/objeto é outro aspecto de extrema importância na elaboração de uma proposta de apoio psicopedagógico. Numa perspectiva ampla enquadram-se todos aqueles capazes de aprender. Entretanto, destacam-se aqueles que em algum momento de sua vida e que, por algum motivo, apresentam dificuldades de aprendizagem.

Em se tratando da queixa escolar mesmo sabendo que são inúmeros os fatores que influenciam no processamento das aprendizagens, fatores esses internos ou externos ao sujeito ou a escola, a Psicopedagogia se apresenta com um diferencial para atuar na avaliação, no acompanhamento e nas intervenções junto destas dificuldades. Há de se considerar, contudo, a necessidade do estabelecimento de uma equipe multiprofissional para a análise e intervenção junto a esses casos que podem ter múltiplas causas. Nesse sentido, um Programa de Apoio Psicopedagógico deve contar com profissionais especializados em diferentes áreas da saúde e educação porém com seus papéis bem definidos e seus campos de atuação respeitados.

De princípio, as dificuldades de aprendizagem devem ser compreendidas como um sintoma obviamente com causas e consequências. Hipóteses mais complexas devem ser consideradas e investigadas com vistas a sua confirmação ou ao seu descarte.

As intervenções devem ser propostas como foco no sujeito e no ambiente em questão.

A avaliação das práticas no contexto de um programa de apoio pedagógico devem ocorrer ao longo do processo e de modo coerente com as metas de aprendizagem estabelecidas.

Portanto, no contexto da análise do Programa de Apoio Psicopedagógico, apresentado pela Fundação Renova que pressupõe proporcionar apoio Psicopedagógico aos escolares impactados pela tragédia de Mariana, sugere-se a revisão dos aspectos destacados por esta análise, especialmente no que tange as definições presentes no campo da psicopedagogia.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2018.

Graziela Santos Trindade
Psicopedagoga

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA

PLANO DE TRABALHO 2018/2019



Programa de Assistência Psicopedagógica

PLANO DE TRABALHO 2018/2020

Mariana: Escolas Municipais Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

Barra Longa: Escolas Municipais Gustavo Capanema – Gesteira e José de Vasconcelos Lana

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade apresentar e detalhar as especificações técnicas do Plano de Trabalho do Programa de Assistência Psicopedagógica, em conformidade com Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado em março de 2015 para as EM Bento Rodrigues e EM Paracatu de Baixo em Mariana e as EM Gustavo Capanema (Gesteira) e EM José de Vasconcelos Lanna em Barra Longa.

Conceitualmente, o trabalho deve se fundamentar em duas abordagens científicas: Psicopedagogia e Neurociências. Ambas, conceituadas a seguir, além de uma justificativa para adoção da abordagem neuroeducacional no processo de ensino e aprendizagem:

A PSICOPEDAGOGIA é uma área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e com os problemas dele decorrentes, recorrendo aos conhecimentos de várias ciências, nas suas articulações sociais mais amplas¹. Nessa perspectiva, a psicopedagogia, campo na qual floresce o conceito de sujeito-autor, torna-se uma área de estudo interdisciplinar que entende o sujeito como um todo, estudando os caminhos que o leva a aprender, apreender, elaborar e transformar seu conhecimento em verdadeiro saber. Bossa (2000) afirma que: “ ... a psicopedagogia estuda aprendizagens humanas em suas variações e fatores implicados, percebendo como ocorrem as alterações, como preveni-las e como tratá-las.

A psicopedagogia se apresenta com um caráter multidisciplinar devido à complexidade dos problemas de aprendizagem, por isso, busca conhecimentos em diversas áreas do conhecimento, além da psicologia e da pedagogia. Nesse sentido, é necessário ter noções de linguística para explicar como se dá o desenvolvimento da linguagem humana sobre os processos de aquisição da linguagem oral e escrita; requer conhecimentos filosóficos e sociológicos, que oferecem o entendimento sobre a visão do ser humano, seus relacionamentos

¹ SCOZ, 1994, p 12.

a cada momento histórico e sua correspondente concepção de mundo; requer conhecimento sobre o desenvolvimento neurológico e as estruturas de funcionamento do cérebro, corroborando para o entendimento das disfunções que acabam dificultando a aprendizagem. Portanto, o psicopedagogo deverá ter um embasamento teórico e um treinamento multidisciplinar voltado para o desenvolvimento humano nos processos de ensino e aprendizagem para desenvolver sua função. (PARES, OLIVEIRA, 2007).

AS NEUROCIÊNCIAS são ciências que descobrem os princípios da estrutura e do funcionamento do cérebro humano (neurais). As Neurociências compreendem as aprendizagens por meio dos comportamentais, verificando as alterações do cérebro durante seu funcionamento. Se os comportamentos dependem do cérebro, a aquisição de novos comportamentos também resulta de processos que ocorrem no cérebro do aprendiz. Assim, a neurociência fundamenta e traz à educação novos caminhos para a atuação do profissional educador permitindo-lhe decifrar processos cognitivos e emocionais que possam originar melhores métodos de ensino e melhores intervenções, baseados no desenvolvimento e capacidade cerebrais. As estratégias pedagógicas utilizadas por educadores durante o processo ensino-aprendizagem são, portanto, estímulos que produzem a reorganização do cérebro em desenvolvimento, resultando em mudanças comportamentais.

Embora os processos cognitivos ainda não sejam integralmente conhecidos, devido às limitações técnicas e éticas que o estudo do comportamento humano impõe, grande progresso já foi alcançado, incluindo descobertas que permitiram uma abordagem mais científica do processo ensino-aprendizagem porque esclarecem alguns dos mecanismos cerebrais responsáveis por funções mentais importantes na aprendizagem (Blakemore; Frith, 2005; Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos, 2007).

Psicopedagogia e Neurociência – uma abordagem neuroeducacional: Ao ter como objeto de estudo a interrelação entre as potencialidades cognitivas, questões afetivas e sociais ligadas ao desenvolvimento do sujeito, a psicopedagogia apoia-se nas neurociências ampliando suas possibilidades

quando compreende que emoção, motivação, atenção, plasticidade cerebral, memória, transposição, dentre outros constructos neuroeducacionais, são elementos essenciais e complementadores do processo de aprendizagem. O trabalho do educador pode ser mais significativo e eficiente se ele conhece o funcionamento cerebral, o que lhe possibilita desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas², que contribuem para o cotidiano do educador: conhecer a organização e as funções do cérebro, os períodos receptivos, os mecanismos da linguagem, da atenção e da memória, as relações entre cognição, emoção, motivação e desempenho, as potencialidades e as limitações Sistema Nervoso, as dificuldades para aprendizagem e as intervenções a elas relacionadas³. Por tudo isso, a neuroeducação constitui-se por meio da construção de estratégias psicopedagógicas e neuropedagógicas, promovidas pelo processo de ensino e aprendizagem, aliadas ao entendimento do funcionamento cerebral e suas potencialidades e colabora com práticas mais eficientes, sugerindo intervenções mais eficazes e recriando estratégias.

Finalizando esta parte introdutória, registra-se que o resultado das avaliações neuropsicopedagógicas podem apontar três tipos de causas para os problemas de aprendizagem percebidos pelos professores:

1. causas pedagógicas, a serem tratadas pelo Programa de Assistência Pedagógica, implementado e em andamento.
2. causas psicopedagógicas: a serem tratadas pelo Programa de Assistência Psicopedagógica, FASE 3, a ser implementado;
3. causas psicossociais e/ou de saúde: a serem encaminhadas para os setores públicos competentes.

² Ansari, 2005; Ansari; Coch, 2006; Goswami, 2006; Coch; Ansari, 2009; Cubelli, 2009; Mason, 2009; Willingham, 2009.

³ Koizumi, 2004; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2006; Blake; Gardner, 2007.

2. ESCOPO DE TRABALHO

O trabalho do Programa de Assistência Psicopedagógica tem como objeto diagnosticar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos que estudavam nas quatro escolas atingidas pelo desastre da Barragem de Fundão, à época do acidente, e a apresentação dos encaminhamentos dos casos diagnosticados.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos estão propostos em ordem de implementação das estratégias do trabalho:

- estreitar os laços de confiança e parceria com cada instituição;
- qualificar a percepção docente sobre as dificuldades de aprendizagem apresentadas;
- apoiar a triagem dos alunos a serem avaliados sob a perspectiva psicopedagógica;
- diagnosticar os alunos eleitos pela triagem;
- encaminhar os casos diagnosticados;
- fortalecer o trabalho pedagógico;
- atuar junto aos alunos para que percebam seu papel de estudantes e vislumbrem a possibilidade de mudança de vida e futuro.

4. FORMATO

As ações do Programa de Assistência Psicopedagógica devem se desenvolver em TRÊS FASES:

FASE 1 - 2018: AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA

- Objeto de contrato vigente, em andamento.

FASE 2 - 2019: APOIO DOCENTE PARA COMPREENSÃO DAS ETAPAS DA APRENDIZAGEM

- Objeto de novo contrato, a licitar.

FASE 3 – 2019/20: ASSISTÊNCIA CLÍNICA

- Objeto de novo contrato, a licitar.

Esquemáticamente, o formato do trabalho pode ser representado da seguinte forma:

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA

FASE 1 - 2018

AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA

1ª etapa

Visita à escola para apresentação à direção do escopo da abordagem neuropsicopedagógica e elaboração do planejamento do trabalho.

2ª etapa

Minicurso de Neuroeducação para subsidiar a definição dos alunos a serem avaliados.

3ª etapa

Visita à escola para construção conjunta, consultoria e docentes, de quesitos para definição dos alunos que devem ser avaliados sob a perspectiva neuropsicopedagógica.

4ª etapa

Aplicação da avaliação neuropsicopedagógica junto aos alunos.

FASE 2 - 2019

APOIO DOCENTE

1ª etapa

Cursos de formação em práticas de ensino e neuroeducação.

2ª etapa

Oficinas de neuroeducação de caráter terapêutico.

FASE 3 – 2019/20

ASSISTÊNCIA CLÍNICA

Etapa única

Atendimento clínico clínico aos alunos diagnosticados pela avaliação, com problemas de aprendizagem por motivo psicopedagógico.

A seguir estão detalhadas as três **FASES**, em **ETAPAS** de trabalho.

FASE 1 - 2018: AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA (Objeto de contrato vigente, em andamento)

- 1ª etapa: visita à escola para apresentação à direção do escopo da abordagem neuropsicopedagógica e elaboração do planejamento do trabalho;
- 2ª etapa: realização de Minicurso de Neuroeducação junto a todos os professores do ensino fundamental 1 e 2, para subsidiar a definição dos alunos a serem avaliados;
- 3ª etapa: visita à escola para construção conjunta, consultoria e docentes, de quesitos para definição dos alunos que devem ser avaliados sob a perspectiva neuropsicopedagógica;
- 4ª etapa: aplicação da avaliação neuropsicopedagógica junto aos alunos.

FASE 2 - 2019: APOIO DOCENTE PARA COMPREENSÃO DAS ETAPAS DA APRENDIZAGEM

- 1ª etapa: Cursos de formação do professor em práticas de ensino e neuroeducação
- 2ª etapa: oficinas neuroeducacionais de caráter terapêutico.

FASE 3 – 2019/20: ASSISTÊNCIA CLÍNICA

Etapa única: tratamento psicopedagógico dos alunos diagnosticados pela avaliação, com problemas de aprendizagem por motivo psicopedagógico.

3.1. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

3.1.1. FASE 1 - 2018: AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA

- **1ª etapa:** visita à escola para apresentação à direção do escopo da abordagem neuropsicopedagógica e elaboração do planejamento do trabalho;

O objetivo do trabalho desta etapa é convidar a escola para participar do Programa. O convite é feito por meio de uma visita à direção para apresentação da proposta, um alinhamento de datas, ações e disponibilidades dos parceiros.

- ✓ Carga horária: 2 h
 - ✓ Público: gestores e coordenadores pedagógicos
 - ✓ Quantidade: 4
 - ✓ Realização: outubro e novembro de 2018
- **2ª etapa:** realização de Minicurso de Neuroeducação junto a todos os professores do fundamental 1 e 2, para subsidiar a definição dos alunos a serem avaliados

Nesta etapa, a abordagem tem como objetivo preparar as instituições para receber e compreender o que de fato chamamos de educação Inclusiva e intervenção neuroeducacional preventiva e remediativa, proporcionando uma mudança de atitude e de discernindo de questões que estão ligadas à inclusão, definindo: deficiência, transtorno, distúrbios, processo de ensino e de aprendizagem. Acredita-se que quando a comunidade educacional tem clareza destes aspectos evita-se a banalização dos processos de inclusão e os consequentes rótulos oriundos de uma falta de conhecimento.

- ✓ Carga horária: 8h de trabalho (4 h em Mariana - 4h em Barra Longa)
- ✓ Público: professores, gestores e coordenadores pedagógicos
- ✓ Quantidade: 4
- ✓ Realização: outubro e novembro de 2018

- **3ª etapa:** visita à escola para construção conjunta, consultoria e professor/a, de questões esclarecedoras para definição dos alunos que devem ser avaliados sob a perspectiva neuropsicopedagógica;

O conhecimento construído na etapa anterior subsidiará o coordenador pedagógico e os professores para fazerem o mapeamento das dificuldades de aprendizagens detectadas junto aos alunos. Nesta etapa, os professores e a equipe diretiva, de forma conjunta com a consultoria, poderão efetivar a triagem psicopedagógica dos alunos, selecionando aqueles que serão inseridos no processo de avaliação neuropsicopedagógica.

- ✓ Carga horária: 2h de trabalho
- ✓ Público: professores, gestores e coordenadores pedagógicos
- ✓ Realização: novembro e dezembro de 2018.

- **4ª etapa:** aplicação da avaliação neuropsicopedagógica junto aos alunos;

Nesta etapa, a inclusão como direito de todas as crianças, propõe-se:

- ✓ Aplicação de avaliação (padronizadas) psicopedagógica pelos membros da equipe técnica para entendimento das dificuldades apontadas;
- ✓ Levantamento de itens apontados na avaliação para novos direcionamentos;
- ✓ Orientação aos professores a partir das observações que serão produzidas por meio dos laudos e realizar o direcionamento de intervenção;
- ✓ Orientação à equipe pedagógica da escola para o apoio ao professor, em relação às observações após avaliação;
- ✓ Orientação a equipe de apoio e monitoria (se houver) para apoio ao aluno;
- ✓ Sugestão à direção da escola para criação de “Grupos de Estudo” (reforço escolar), para os alunos com questões de aprendizagem e retomada de conhecimentos anteriores que deverão ser observados;
- ✓ Apoio a família e orientação;
- ✓ Encaminhamento a outros profissionais (quando necessário).

Planejamento:

- ✓ Carga horária: 20h de trabalho para cada sujeito avaliado
- ✓ Público: alunos
- ✓ Realização: a partir de novembro de 2018 até encerrar-se todas as atividades.

3.1.2. FASE 2 - 2019: APOIO DOCENTE PARA COMPREENSÃO DAS ETAPAS DA APRENDIZAGEM (Objeto de um novo contrato, a licitar)

Nesta fase, o objetivo da abordagem neuropsicopedagógica é subsidiar a prática docente para a compreensão do funcionamento do cérebro. A partir do conhecimento construído, os docentes serão estimulados e refletir sobre a própria prática de modo a introduzir técnicas inclusivas de ensino no processo de aprendizagem. O público convidado deve ser formado por professores e coordenadores pedagógicos.

O APOIO DOCENTE deve ser implementado por meio de duas etapas, a serem implementadas de forma concomitante:

- Etapa 1: cursos temáticos
- Etapa 2: oficinas em prática de ensino

A seguir estão detalhadas as etapas da FASE 2.

- **Etapa 1:** cursos temáticos
 - ✓ Carga horária: 16h para cada curso
 - ✓ Público: professores, gestores e coordenadores pedagógicos
 - ✓ Realização: a partir de março de 2019

A etapa 1 deve ser implementada por meio do seguintes cursos:

Curso 1 – Como o cérebro aprende: conhecer para atuar

Curso 2 – Como ajudar o cérebro a aprender: compreender nossa atuação como mediadores deste processo;

Curso 3 – As Funções executivas: A atuação do professor no desenvolvimento dos processos cognitivos.

Curso 4 – A escola e o processo metacognitivo: Aprender a aprender

Curso 5 – Linguagem do processo de alfabetização a produtores competentes de texto;

Curso 6 – Matemática: O caminho a ser percorrido: da construção do conceito de número ao uso do algoritmo - O que pensam as crianças;

Curso 7 – Projetos: Como construí-los e como aplicá-los- Aprender a aprender;

Curso 8 – Jogos e a estimulação das funções executivas: uma ponte metacognitiva

Curso 9 – As brincadeiras na escola numa abordagem neuroeducacional- Ludicidade e aprendizagem;

Curso 10 – Música, aprendizagem e neuroeducação: Um fazer necessário

Curso 11 – Educação infantil: Onde tudo começa.

- **Etapa 2:** oficinas em pratica de ensino

- ✓ Carga horária: 2h para cada curso
- ✓ Público: crianças e educadores
- ✓ Realização: novembro e dezembro de 2019

A etapa 2 deve ser implementada por meio das seguintes oficinas:

Oficina 1: Mindfuness

Oficina 2: Arte terapia

Oficina 3: Musicoterapia

Oficina 4: Gerenciando as emoções

3.1.3. FASE 3 – 2019/20: ASSISTÊNCIA CLÍNICA

Etapa única: tratamento psicopedagógico dos alunos diagnosticados pela avaliação, com problemas de aprendizagem por motivo psicopedagógico.